

CFESS MANIFESTA

**Análises
Conjunturais**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão 2002 - 2005

**Trabalho, Direitos e Democracia,
a gente faz um País**

CFESS MANIFESTA

Análises Conjunturais

Brasília

Conselho Federal de Serviço Social

GESTÃO 2002 - 2005

**Trabalho, Direitos e Democracia,
a gente faz um País**

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Gestão 2002-2005:
“Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país”

Presidente: Léa Lúcia Cecílio Braga

Vice-presidente: Joaquina Barata Teixeira

1ª Secretária: Elisabete Borgianni

2ª Secretária: Neimy Batista da Silva

1ª Tesoureira: Maryluce dos Santos Gomes

2ª Tesoureira: Marlene de Fátima Azevedo Silva

Conselho Fiscal: Ana Cristina Muricy de Abreu,

Marcia Izabel Godoy Marks e Solange Stela Serra Martins

Suplentes: Marlise Vinagre Silva, Verônica Pereira Gomes,

Jacqueline Rosa Pereira, Marcelo Braz Moraes dos Reis,

Ruth Ribeiro Bittencourt, Marcia Maria Biondi Pinheiro,

Deborah Cristina Amorim, Djanyse Barros de Arruda Mendonça

e Francisco Donizetti Ventura

Preparação de Originais

Amanda Vieira e Comissão de Divulgação e Imprensa:

Elisabete Borgianni (coordenadora), Deborah Cristina Amorim,

Marcelo Braz Moraes dos Reis, Marlise Vinagre Silva,

Neimy Batista da Silva

Projeto Gráfico, Arte e Diagramação

Marcelo Villodres Dias

Tiragem: 2.000

Brasília
Julho de 2004

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
SCS • Quadra 02 • Bloco C • Ed. Serra Dourada
Salas 312/317 • CEP: 70300-902 • Brasília - DF
Telefone: (61) 223-1652 • Fax: (61) 223-2420

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
O SENTIDO HISTÓRICO DO MANIFESTO	7
CAPÍTULO I	
CARTA AOS PRESIDENCIÁVEIS	13
CAPÍTULO II	
CARTA ABERTA DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E DOS CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL À COORDENAÇÃO DA CAMPANHA – COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE	21
CAPÍTULO III	
MENSAGEM DE ABERTURA DO VIII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS – 2002	25
CAPÍTULO IV	
MANIFESTAÇÃO: NÃO À GUERRA ASSISTENTES SOCIAIS DIZEM NÃO À GUERRA, PELA PAZ!	29
CAPÍTULO V	
PROGRAMA FOME ZERO E A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	33

CFESS MANIFESTA

CAPÍTULO VI	
SEMANA DA(O) ASSISTENTE SOCIAL: COMEMORAR E REFLETIR	43
CAPÍTULO VII	
AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA: A PERSPECTIVA DO CFESS	51
CAPÍTULO VIII	
SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PREVIDÊNCIA	55
CAPÍTULO IX	
MENSAGEM DE ABERTURA E DE ENCERRAMENTO DO XXXII ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS	59
CAPÍTULO X	
CARTA ABERTA CONTRA A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA IDADE PENAL	67
CAPÍTULO XI	
V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	69
CAPÍTULO XII	
IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	77
CAPÍTULO XIII	
XII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE	83

Apresentação

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – produziu, ao longo dos dois primeiros anos da gestão *Trabalho, Direitos e Democracia – a gente faz um país*, um conjunto de documentos sob a forma de intervenções em eventos, cartas e manifestos. Os mais importantes foram reunidos nesta publicação que apresentamos à categoria e aos nossos demais parceiros.

Caracterizando-se como uma coletânea de intervenções políticas, o *CFESS MANIFESTA – Análises Conjunturais* pretende atingir dois objetivos importantes: primeiro o de dar maior visibilidade às posições políticas do CFESS ao longo do período demarcado. Mais do que uma prestação de contas, dá a conhecer à categoria a direção social para a qual essa gestão foi eleita em abril de 2002 e que vem pautando suas intervenções. Segundo, visa constituir-se como fonte de consulta aos que buscam estudar a organização política da categoria nas diferentes conjunturas históricas. Os textos aqui organizados expressam o posicionamento da entidade face aos diversos momentos da complexa conjuntura por que passa o Brasil.

Nos textos organizados de forma cronológica, o leitor encontrará intervenções feitas em aberturas de eventos como as falas realizadas no VIII ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social) em novembro de 2002, um mês após a eleição do

Presidente Lula ou, ainda, quase um ano depois, a fala de abertura do XXXII Encontro Nacional CFESS/CRESS, em setembro de 2003.

Esses dois textos trazem referências a conjunturas distintas que demandaram da entidade esforço analítico especial, através do qual procurou-se apontar propostas e estratégias. Da mesma maneira, os princípios do projeto ético-político foram realçados e enfaticamente defendidos em diversos momentos da conjuntura. A defesa de valores como democracia, liberdade, justiça social aparece em várias intervenções, especialmente no texto que demarca o posicionamento contrário à redução da maioria penal e no que repudia a invasão dos EUA ao Iraque. Destaca-se, ainda, o posicionamento crítico – orientado pelo compromisso histórico com a construção de uma seguridade social pública e universal – diante da contra-reforma da previdência social, expresso em documento oriundo de encontro dos assistentes sociais da área, em agosto de 2003. Vale ressaltar, também, a Carta aos Presidenciáveis, escrita em momento privilegiado do país através da qual o conjunto CFESS/CRESS explicitou suas expectativas em relação ao novo governo brasileiro. Todos os documentos expressam manifestações do CFESS frente às diversas conjunturas e foram analisados no texto preparado para esta publicação intitulado *O sentido histórico do manifesto*, que abre esta publicação.

Em suma, *CFESS MANIFESTA – Análises Conjunturais*, além de tornar públicas as várias manifestações da entidade ao longo do período especificado, articula dois aspectos centrais que podem servir de base aos assistentes sociais e a sua organização política: a sistematização dos momentos conjunturais riquíssimos, do último ano de governo FHC ao primeiro ano de Lula, passando pelo histórico processo eleitoral de outubro de 2002; ao mesmo tempo, oferece-se ao público um importante registro histórico do Serviço Social brasileiro, particularmente, da trajetória política recente do CFESS. Esperamos, enfim, que a publicação cumpra estes objetivos para os quais foi concebida.

Brasília, maio de 2004

*Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
Gestão 2002-2005*

O sentido histórico do manifesto

Uma das formas mais nobres da atividade humana é o momento reflexivo. A partir dele homens e mulheres exprimem suas percepções de mundo, de suas ações e das questões que se colocam na cotidianidade. Através da práxis posicionamo-nos, em nossa existência singular, frente aos desafios que inquietam a humanidade, seja por meio de *manifestações* estéticas, teóricas ou políticas, balizadas por princípios éticos.

Há diversas formas de *manifesto* que se consagraram na história universal como maneiras de expressar valores, concepções de mundo e projetos de sociedade. Por meio delas, realizaram-se sínteses reflexivas que guardam em si os anseios e os dilemas de uma determinada época histórica. Ao longo da história humana, grandes *manifestos* adquiriram caráter transistórico, pois além de se reportarem à sua época, transcenderam os momentos nos quais foram escritos. Por expressarem o movimento universal-concreto de toda uma época, acabam servindo como referência a várias outras gerações, já que trazem em si, tendências dos tempos futuros. Vários manifestos, declarações e textos políticos tornaram-se conhecidos na história por retratarem os anseios de movimentos sociais de épocas distintas¹...

¹ São exemplos notórios o Manifesto do Partido Comunista de 1848 e a Declaração dos Direitos do Homem de 1789.

A idéia de **CFESS Manifesta - Análises Conjunturais** filia-se a esta tradição. Sua proposta, como indica a *Apresentação* desta publicação, assinala uma clara preocupação de registro histórico, particularmente, das *manifestações* de uma determinada gestão à frente de importante entidade da categoria dos assistentes sociais, o CFESS.

Como foi dito, o intuito não é apenas o de prestar contas à categoria, embora também cumpra essa função, mas de contribuir, no âmbito do Serviço Social e entre os diversos segmentos críticos e progressistas da sociedade brasileira, com o processo político e reflexivo sobre os tempos atuais, legando ao futuro o registro de um período histórico relevante, de seus dilemas, suas expectativas e as respostas coletivas ensejadas.

O período que compreende a conjuntura em questão foi e ainda é marcado por inúmeras contradições provocadoras, às mentes mais inquietas, de perplexidades, dúvidas e cisões. O CFESS não ficou ileso a essas contradições. A complexa conjuntura operou entre nós enormes e indescritíveis dificuldades, mas estas não se desdobraram em dilemas em relação aos *princípios* que defendemos e, muito menos, em divisões ideológicas e/ou políticas. O leitor encontrará nos textos reunidos nesta publicação um fio que costura todos num só eixo: o *projeto ético-político* que nos permite unidade diante de tantos cenários mutantes. Percebe-se seus traços nos diversos documentos publicados aqui. Os compromissos históricos do Serviço Social nos últimos 25 anos foram (e continuam sendo) os pilares que sustentam nossas ações. São encontrados nas falas de abertura de eventos, nos posicionamentos críticos à invasão do Iraque, à redução da idade penal, à contra-reforma da previdência. Não se trata de imaginar a atual gestão do CFESS imune de contradições e ou eventuais dilemas. Trata-se de percebê-la intransigente quanto aos valores com os quais se comprometeu em abril de 2002. Cabe analisá-la a partir da entidade que representa, que a torna expressão de um coeso, porém heterogêneo, movimento de idéias e de ações que vem renovando sistematicamente a profissão no Brasil.

Em sua salutar pluralidade, o projeto ético-político profissional é o corolário de princípios e valores que contornam, no movimento próprio da categoria, ações no plano individual e coletivo. Na própria

história – e o projeto a concebe como um campo de lutas permanentemente tensionado por projetos societários distintos e antagônicos, sobretudo no aspecto central das desigualdades de classe –, vimos consolidando alguns compromissos coletivos que se tornaram referência para designar o projeto profissional, quais sejam: a liberdade, a justiça social e a democracia. Eles adquirem concreção histórica na defesa de políticas públicas, de caráter público-gratuito, universal e de qualidade. A construção de uma seguridade social pública, ancorada em direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988 é o que melhor expressa e condensa a concreção dos compromissos aludidos.

Vale ressaltar a especificidade da conjuntura histórica recente. Vive-se período inédito na história brasileira. Referimo-nos à eleição de um ex-metalúrgico, líder do mais expressivo partido de corte operário surgido no último quartel do século passado: o Partido dos Trabalhadores. A vitória eleitoral do PT de Lula assinalou um cenário novo no país, marcado por enormes expectativas dos setores mais populares, organizados e não-organizados que o ajudaram a se eleger. Mesmo que representando forças políticas as mais contraditórias e ainda que tenha pactuado com forças conservadoras, tornou-se evidente que a partir de outubro de 2002 abriram-se possibilidades políticas inéditas no Brasil.

Todos sabem, agora, os giros operados pelo PT para governar. Da mesma forma, constata-se que as tendências conservadoras vêm ampliando suas forças no governo. Aí reside o nó em que se encontram as forças progressistas no seu interior e nos movimentos sociais comprometidos com a classe trabalhadora. Verificam-se crescentes divisões no âmbito das esquerdas, nos partidos e nos próprios movimentos sociais. A questão da autonomia dos movimentos frente ao governo ganhou contornos problemáticos, na medida em que as várias colisões entre forças distintas engendram um quadro preocupante, gerador de mecanicismos políticos do tipo: ou se apóia, acriticamente, o governo ou ele é jogado na lata do lixo da história. Fatalismos distintos na forma, mas iguais no conteúdo – ambos a-históricos.

Soma-se a esse quadro a complexa situação mundial que põe enormes dificuldades às forças progressistas mesmo quando conqui-

tam vitórias eleitorais como no Brasil. Temos um cenário no qual o grande capital internacional controla ações de governo em diversos níveis, deixando espaços políticos restritos para giros revolucionários.

Mesmo considerando a importância dos espaços democrático-burgueses para os projetos da classe trabalhadora, é incontestável que há obstáculos cada vez maiores a eles.

O CFESS vem firmando suas posições articulando-as às necessidades sociais concretas da classe trabalhadora, verificando seus contornos de gênero, raça/etnia, geração, dentre outros. Mais que isso, nossas ações pautam-se no esforço de particularizar tais necessidades no universo do Serviço Social, nas relações dos assistentes sociais com usuários e de ambos com as instituições empregadoras. Em outras palavras, busca-se apreender os valores aqui arrolados no cotidiano profissional, relacionando-os às questões universais.

Nestes dois anos da gestão *Trabalho, Direitos e Democracia – A gente faz um país*, experimentamos conjunturas diversas. Em pouco tempo, vivenciamos fases conjunturais distintas: uma primeira, ainda no governo FHC, adotamos uma postura claramente oposta às iniciativas daquele governo por colidirem com nosso projeto; depois, passamos a viver, junto aos diversos segmentos progressistas da sociedade brasileira, a expectativa, seguida de euforia, com a vitória eleitoral de Lula; passado este momento e já nos primeiros quatro meses de governo petista, transitamos para um período de enorme preocupação diante dos seus giros, principalmente frente à permanência dos fundamentos econômicos perversos da Era FHC; por último, junto a diversas entidades da sociedade civil filiadas a tradição crítica, passamos à cobrar do governo Lula coerência com seus compromissos históricos.

Cabe destacar que, em nenhum desses momentos, houve dúvidas ou inflexões quanto aos nossos compromissos, quanto aos claros princípios que circunscrevem o projeto ético-político. Porém, da mesma forma que outras entidades historicamente comprometidas com os trabalhadores, passamos por períodos distintos que nos exigiram esforços analítico-reflexivos redobrados. Os leitores poderão percebê-los claramente nos diversos textos políticos, especialmente naqueles que explicitam posições face à conjuntura nacional.

Análises Conjunturais

Vejam, por exemplo, nossas avaliações e expectativas, quando da ocasião da eleição de Lula, na fala de abertura do VIII ENPESS - Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em novembro de 2002, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Nessa linha, verifique-se as avaliações conjunturais esboçadas na fala de abertura do Encontro Nacional CFESS/CRESS, em setembro de 2003, em Salvador, Bahia. Mais uma vez, enfatizamos que o que possibilitou a manutenção de nossa coerência e coesão analíticas foi o fio condutor do projeto ético-político, seus princípios e valores. Eles foram a referência de nossa atuação e encontram-se condensados em nossa plataforma política, amplamente difundida por ocasião das eleições do CFESS em 2002.

Enfim, esperamos que este balanço aqui realizado possa ser partilhado por nossos parceiros. Nossa trajetória ainda não terminou. Continuaremos a nos manifestar!

Brasília, maio de 2004.

*CFESS - gestão Trabalho, Direitos e Democracia – A gente faz um país
Gestão 2002-2005 **

**Equipe de redação: Deborah Cristina Amorim e
Marcelo Braz Moraes dos Reis*

Capítulo I

CARTA AOS PRESIDENCIÁVEIS

*Publicada no período de eleições
presidenciais, em 2002.*

Exmos. Srs. Candidatos,

As(Os) Assistentes Sociais reunidas(os) no XXXI Encontro Nacional do Conselho Federal-CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social-CRESS, em Brasília, entre os dias 01 e 04 de setembro de 2002, vêm, por meio desta, manifestar suas intenções e propostas aos(às) candidatos(as) aos cargos de Presidência da República e Governos de Estados.

Compomos uma profissão com quase 60 mil profissionais que lida, no seu dia-a-dia, com as conseqüências sociais mais perversas das relações capitalistas que dominam a sociedade. Enfrentamos em nosso cotidiano os níveis mais complexos da realidade social, manifestos em múltiplas expressões da "questão social" no Brasil. Os números e estatísticas das brutais desigualdades sociais brasileiras se materializam nos usuários do Serviço Social, estampam-se em seus rostos.

Nos últimos anos, o governo brasileiro passou por um reordenamento do Estado, fruto de uma política internacional, que atinge milhões de trabalhadores e interfere diretamente na profissão de Serviço Social. Os acordos firmados com os organismos internacionais elegem as prioridades do governo em atender os interesses do grande capital – os oligopólios/multinacionais – em detrimento

das necessidades da população trabalhadora. Exemplos não nos faltam: o montante de verbas destinadas ao pagamento da dívida externa; a avalanche de privatização de estatais; o sucateamento dos serviços e políticas públicas e a recente tentativa de maior ataque aos direitos trabalhistas conquistados e consolidados constitucionalmente, mostram o caminho da barbárie a que estão submetidos os milhares de brasileiros.

Os índices sociais e econômicos dos anos 90 (década da ofensiva neoliberal entre nós) são piores que os dos anos 80. Se a década de 80 foi considerada a "década perdida", por apresentar índices irrisórios de crescimento econômico, a década de 90 mereceria denominação mais contundente, pois apresentou um recuo econômico ainda maior (uma quase estagnação). Este quadro foi agravado pela introdução de outros elementos típicos do neoliberalismo, como a abertura econômica, liberalização comercial e privatização.

As conseqüências sociais do desalentador quadro econômico dos últimos anos são avassaladoras. Senão, vejamos: agravamento da histórica concentração de renda, o que fez com que o Brasil passasse a liderar o ranking das piores distribuições de renda do mundo; aumento contínuo do desemprego, que atinge cerca de 20% dos trabalhadores (DIEESE, 2002); queda de 15% da renda real daqueles que trabalham; incremento de novas formas de trabalho infantil; reavivamento de novos tipos de trabalho escravo; precarização generalizada do trabalho, com criação de formas de contrato perversas, como a terceirização, o trabalho temporário, o informal (hoje cerca de 50% dos brasileiros não possuem carteira assinada); degradação salarial generalizada, com destaque para o encolhimento real do salário mínimo; redução drástica dos gastos sociais em todos os níveis (Saúde, Educação, Assistência, Previdência Social etc); incremento do trinômio degradação/mercantilização/privatização das políticas públicas de caráter estatal; agravamento da feminilização e racialização da pobreza, com a entrada desigual de negros e mulheres no mercado de trabalho; aumento do desemprego entre a juventude brasileira; focalização das políticas públicas, com escassez de recursos e fragmentação das ações; acirramento das tensões sociais no campo; inexpressiva política de reforma agrária, com reduzido

número de assentamentos de famílias e parques recursos para a manutenção de créditos agrícolas; e aumento brutal dos níveis de violência urbana.

Vivemos um quadro social de extrema pobreza e miserabilidade. Os últimos reordenamentos capitalistas produziram uma estagnação econômica e, conseqüentemente, um esgarçamento do tecido social. As chamadas políticas neoliberais conseguiram promover um regresso histórico monumental, repondo e reatualizando níveis de vida sub humanos. Não há qualquer valoração ideológica na consideração de que o capitalismo neoliberal é um desastre para as massas trabalhadoras. Trata-se de pura constatação, de uma questão factual. Todos os indicadores sociais e econômicos nos mostram essa realidade no Brasil.

A desresponsabilização das funções básicas do Estado quanto às políticas sociais públicas e a transferência de responsabilidade para o conjunto da população, desencadeando o processo de "refilantropização", ferem direitos garantidos em lei, destroem o seu caráter universalizante, e alteram significativamente o fazer profissional, que nasce e se desenvolve a partir da necessidade de respostas governamentais à questão social.

Nós, Assistentes Sociais, enfrentamos os resultados desse quadro em nosso cotidiano profissional. Para isso, dispomos de poucos recursos e contamos com o não privilegiamento de políticas sociais públicas por parte do atual Governo. Por outro lado, dispomos de formação voltada para a formulação e execução de políticas sociais, tendo como parâmetro um conjunto de princípios e compromissos que norteiam nosso exercício profissional. Nosso projeto ético-político-profissional fundamenta-se em princípios que se opõem frontalmente à situação real que descrevemos. Dentre eles, destacamos: reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania e da democracia; posicionamento a favor da equidade, justiça e participação social.

Estes princípios, contidos em nosso Código de Ética Profissional, são materializados em direitos e deveres que devem ser consubstanciados em nossas ações profissionais. Além disso, tais princípios

são traduzidos por nós em compromissos que assumem um direcionamento político na defesa concreta do trabalho, da democracia e dos direitos e na afirmação das políticas públicas de caráter estatal, como eixos estratégicos.

Dessa forma, as(os) Assistentes Sociais vêm, ao longo das últimas três décadas, participando do movimento de construção efetiva de uma sociedade justa e igualitária, ao reafirmarem os princípios, compromissos e eixos políticos citados. Dando continuidade a essas lutas, que passam pela garantia da construção de uma ordem societária fundada nos interesses das classes trabalhadoras, queremos reafirmar propostas que coloquem na mãos das classes trabalhadoras o curso e a direção da nação:

- 1 - Rejeição a qualquer tipo de acordo com organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que tragam prejuízos sociais para as classes trabalhadoras, em especial para os usuários do Serviço Social;
- 2 - Fim das renegociações em torno da ALCA, entendendo-a como lesivas aos interesses da soberania nacional, e apoio aos resultados do Plebiscito Nacional organizado por diversas entidades como a CNBB, a CUT e o MST;
- 3 - Auditoria da dívida externa, considerada ilegítima por plebiscito nacional organizado por diversas entidades em 2000;
- 4 - Garantia dos direitos historicamente conquistados e consolidados em lei, com posicionamento veemente contra a flexibilização das leis trabalhistas e pelo veto à Lei Dornelles;
- 5 - Manutenção dos tratados da OIT, a exemplo da Convenção 103, que trata da licença maternidade;
- 6 - Apoio à reforma agrária, considerando-se, especialmente, as propostas do MST;
- 7 - Abertura imediata de concursos públicos em todos os níveis e nas diferentes áreas profissionais;
- 8 - Reposição das perdas salariais dos servidores públicos, considerando os oito anos de congelamento salarial;
- 9 - Aumento real do salário mínimo até os marcos estabelecidos para a garantia de um padrão de vida digno;

- 10 - Respeito às manifestações da sociedade civil organizada;
- 11 - Criação de mecanismos e políticas que combatam efetivamente a desigualdade social;
- 12 - Combate à fome, que assola 20% da população brasileira;
- 13 - Criação de políticas de geração de trabalho e renda amparadas por direitos trabalhistas estabelecidos em lei;
- 14 - Defesa da Seguridade Social Pública e Estatal, ampliando o leque das políticas públicas e criando o Ministério da Seguridade Social, com orçamento específico;
- 15 - Universalização dos direitos sociais e gestão democrática das políticas públicas, garantindo seu caráter participativo, descentralizado e redistributivo, respeitando-se os parâmetros constitucionais;
- 16 - Defesa da Saúde, da Previdência Social e da Assistência Social como políticas públicas de caráter universal, componentes da Seguridade Social, assegurando as diretrizes de descentralização político-administrativa, comando único em cada esfera de governo, com participação popular, controle social e financiamento próprios;
- 17 - Respeito às decisões das Conferências Nacionais, reconhecidas como fóruns legítimos de Políticas Públicas;
- 18 - Garantia do Serviço Social como serviço da Previdência Social, com imediata recomposição do quadro e das atividades previstas originalmente no regimento interno do INSS;
- 19 - Garantia dos princípios do SUS com qualidade e resolutividade;
- 20 - Inclusão do assistente social na equipe mínima do Programa de Saúde da Família (PSF), considerando-se a efetividade do conceito ampliado de saúde e os princípios do SUS;
- 21 - Garantia de efetivação da política de recursos humanos na área da saúde, conforme preconizado pelo SUS;
- 22 - Criação e implementação de uma política pública de formação e qualificação de recursos humanos na área da justiça e segurança pública, com vistas ao desempenho profissional ancorado no respeito aos direitos humanos;
- 23 - Repúdio à terceirização dos serviços de custódia e assistência (médica, educacional, social etc) das prisões brasileiras, com o

- efetivo respaldo do Ministério da Justiça e dos respectivos governos estaduais;
- 24 - Defesa intransigente do Estatuto da Criança e do Adolescente, criando condições para sua plena execução;
 - 25 - Compromisso com a defesa dos direitos humanos, compreendidos enquanto direitos econômicos, sociais, culturais e políticos, observadas as propostas dos movimentos da área;
 - 26 - Repúdio veemente à pena de morte;
 - 27 - Defesa intransigente da imputabilidade penal até os 18 anos;
 - 28 - Defesa de iniciativas sociais e do cumprimento de legislações nacional e internacional que, no âmbito da justiça, prevêm sanções para práticas discriminatórias e preconceituosas;
 - 29 - Estímulo à construção e ampliação de redes de serviços de atendimento, com capacitação especializada na área de políticas públicas de gênero, raça/etnia, orientação sexual e dependências químicas;
 - 30 - Redirecionar a Política Nacional Anti-Drogas, a fim de garantir o seu caráter intersetorial, deslocando-a da área específica da Segurança Pública;
 - 31 - Apoio à Política Nacional do Idoso, com vistas à ampliação e garantia dos direitos do envelhecimento no país;
 - 32 - Garantia plena dos direitos e ampliação das políticas voltadas às pessoas portadoras de deficiências;
 - 33 - Apoio às decisões do Congresso Nacional de Educação, em especial àquelas que visam o combate à exclusão sócio-educacional em todos os níveis;
 - 34 - Defesa da autonomia das universidades públicas, segundo a concepção da comunidade acadêmica, e recusa à concepção de autonomia financeira como sinônimo de privatização;
 - 35 - Recusa às pressões da Organização Mundial do Comércio (OMC) de incluir a educação, em todos os seus níveis, como serviço, no rol das mercadorias sujeitas à especulação do mercado globalizado;
 - 36 - Defesa intransigente da universidade pública, laica, gratuita, crítica e de qualidade;

- 37 - Veto ao parecer nº 100/02 do CNE/CES, o qual fixa em 03 anos o tempo mínimo dos cursos de graduação e estabelece um percentual máximo de 15% para atividades práticas (estágios), pesquisa e intervenções supervisionadas, e 15% para atividades acadêmico-culturais;
- 38 - Recusa ao modelo de avaliação institucional instituído através do Provão;
- 39 - Garantir que as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, construídas democraticamente pelas Entidades das categorias, sejam consideradas e aprovadas pelo CNE/CES, suspendendo Pareceres e Resoluções que não respeitam esses processos;
- 40 - Implementar ações efetivas no combate à corrupção no país, legitimada pela impunidade que mutila e viola os direitos humanos (civis, políticos, culturais e sociais);
- 41 - Garantia de políticas públicas eficazes de convivência com a seca do Nordeste;
- 42 - Respeito do direito à posse da terra aos povos remanescentes de quilombos;
- 43 - Respeito à organização e autodeterminação dos povos da floresta;
- 44 - Respeito à organização e autodeterminação dos povos indígenas, garantido-lhes a posse definitiva da terra;
- 45 - Garantir serviços públicos de transportes hidroviários de qualidade, de modo a atender as peculiaridades das populações amazônicas;
- 46 - Implementar política de segurança na Amazônia de modo a evitar o avanço do narcotráfico e do contrabando de recursos (animais, minerais e vegetais), salvaguardando a soberania nacional;
- 47 - Pelo incremento de um processo de desenvolvimento sustentável que respeite o meio ambiente e a biodiversidade;
- 48 - Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico nacionais, instituindo mecanismos de controle no processo de coleta de material e produção do conhecimento, evitando seu patenteamento por nações estrangeiras;

- 49 - Criar política de redistribuição tributária que garanta o retorno proporcional da arrecadação sobre a exploração e exportação de bens naturais, verticalizando a produção.

Esperamos que essas propostas façam parte não só da plataforma política das candidaturas, mas que possam efetivamente ser incorporadas nos programas de governo. Nossos compromissos são com a construção de um Brasil justo e igualitário, que só se realizará com a afirmação das propostas acima arroladas.

Reafirmamos nossa veemente recusa da "velha indiferença" do neoliberalismo e oferecemo-nos à construção coletiva de um "Brasil diferente", orientado pelos compromissos expostos nesta Carta.

Brasília, 03 de Setembro de 2002

*Assistentes sociais reunidos no
XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS*

Capítulo II

CARTA ABERTA DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL E DOS CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL À COORDENAÇÃO DA CAMPANHA – COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE

Publicada em 2002

Prezados Senhores,

Os assistentes sociais brasileiros, representantes do Conselho Federal de Serviço Social e dos 24 Conselhos Regionais de Serviço Social, reunidos no Rio de Janeiro, querem se manifestar à coordenação desta campanha, após publicação da matéria “Lula acena com área social para evangélicos” (O Globo, pag.11 – 18/10/2002) e da entrevista ocorrida ontem, 20/10/2002, na TV Bandeirantes.

Fomos protagonistas da conquista da Constituição Federal Brasileira de 1988, na qual são assegurados direitos sociais nunca antes conquistados nessa sociedade. Entre vários destes, a Assistência Social se transforma em política pública, formando junto com a Saúde e Previdência, o tripé da Seguridade Social brasileira.

Fomos protagonistas da luta em torno da legislação que regulamentou os princípios constitucionais. Para tal, contamos com o apoio e intercessão de vários deputados federais do Partido dos Trabalhadores, tendo, inclusive o projeto de lei elaborado pela sociedade, se transformado em substitutivo pelos deputados José Dirceu e Eduardo Jorge. Assim, em 07/12/1993 é sancionada a LOAS, pelo então presidente Itamar Franco.

CONFESSMANIFESTA

Fomos protagonistas da árdua construção da assistência social como política pública neste país; da substituição do favor, da ação de primeiras-damas, da caridade e da misericórdia aos pobres, pela noção de direito do cidadão e dever de Estado. Defendemos uma Política de Assistência Social que se rege por princípios, diretrizes, e se organiza num sistema descentralizado e participativo, através do qual se articula meios, esforços e recursos por um conjunto de instâncias deliberativas. Defendemos uma Política que se consubstancia em diagnósticos, planos de assistência social, para os quais o Financiamento Público é fundamental. Assim, os conselhos paritários, compostos por sociedade civil e governo são a instância máxima de decisão em cada nível de governo e consagram o que para nós e para o PT se constitui princípio: a participação popular.

Somos protagonistas deste momento histórico brasileiro, em que pela primeira vez a voz dos trabalhadores será ouvida por toda sociedade. Estamos nas ruas, nas praças, como sempre estivemos, defendendo com garra, com vontade desde sempre, desde que éramos muito poucos, a mudança expressa por este Programa Lula Presidente.

Por isto, nos sentimos no direito e no dever de dizer-lhes que não vamos permitir que se continue confundindo política pública com boa vontade; direito com solidariedade; relações clientelistas, tuteladoras, desconectadas das demais políticas sociais e focalização dos mais pobres entre os pobres, como fez Fernando Henrique Cardoso, ao invés da adoção da perspectiva da universalização.

Nas Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Assistência Social ocorridas no país, das quais participamos como efetivos e importantes colaboradores, e nos dois Encontros Nacionais de Seguridade Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais que organizamos, bem como no Fórum Social Mundial, temos construído agenda de luta, plataforma de governos, quer estaduais, quer municipais. Temos contribuído nos governos democráticos e populares municipais e estaduais. Agora se avizinha a possibilidade de, enfim, mudarmos definitivamente os rumos da assistência social no Brasil, conforme o Programa de Governo Lula Presidente assegura "ampliação da capacidade do Estado,

entendendo que as entidades de assistência e ONGs são complementares e não substitutas das ações estatais”.

Queremos expressar que os assistentes sociais brasileiros, protagonistas da nossa história, que em 1977 estiveram junto com os demais trabalhadores na reconstrução do sindicalismo brasileiro, que em 1979 em seu Congresso Brasileiro, disseram não a Murilo Macedo, então Ministro do Trabalho, patrono do evento, elegendo Lula como tal, homenageando a todos que lutaram e tombaram pelo Brasil e que nos anos 80, atendendo ao chamamento da CUT, fecham seus sindicatos para se integrarem com seus companheiros nos sindicatos por ramo de produção, e que nos anos 90 efetivaram as políticas públicas deste país, nos mais diferentes segmentos e ramos, querem ser ouvidos neste momento. Temos o que falar, propor e construir. Acreditamos, como vocês, que chegou a hora.

Brasília, 21 de outubro de 2002

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

Capítulo III

MENSAGEM DE ABERTURA DO VIII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS – 2002

Mensagem do CFESS na abertura do VIII ENPESS, evento que ocorreu na cidade de Juiz de Fora – MG, em 2002.

Boa noite a todos e todas.

É uma grande satisfação participar representando o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, neste evento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS que congrega os pesquisadores de Serviço Social e os nossos grandes mestres da docência e da produção acadêmica e alunos do Serviço Social.

Trata-se de momento privilegiado para todos nós, em que a dimensão investigativa da profissão ganha visibilidade e importância substantiva não só na academia, mas também entre os profissionais de Serviço Social e na sociedade. Temos razões de sobra para nos enchermos de júbilo, renovarmos nossas forças, ampliarmos os nossos horizontes e revitalizarmos nossas esperanças, porque:

- O Serviço Social, nos últimos anos, no Brasil, ganhou uma clareza conceitual extraordinária;
- Apropriou-se de uma teoria crítica que lhe ensejou e lhe enseja transformações paradigmáticas no campo do pensamento e do exercício profissional;
- Foi reconhecido como área de produção científica pelas agências oficiais de fomento (CAPES, CNPq, FINEP etc.), registra

ganhos extraordinários no campo da organização política e ganha espaços de gestão nas unidades de ensino;

- Congrega um elenco de docentes pesquisadores que, pela sua capacidade teórico-investigativa, ganham notoriedade além das fronteiras do Serviço Social;
- Abre-se à interlocução interdisciplinar, enfim, afirma-se como uma das profissões que mais avançam em sua trajetória renovadora.

Consideramos a pesquisa e a produção acadêmica elementos vitais na instrumentalização teórica e prática dos (as) assistentes sociais, se quisermos fazer face às novas demandas que reclamam uma intervenção cada vez mais embasada, eficaz, competente e cada vez mais alimentada pelo conhecimento apurado dos processos particulares da questão social na realidade brasileira.

É verdade que enfrentamos nos últimos anos muitos obstáculos contra a pesquisa científica, contra a produção acadêmica, contra a ciência e contra a inovação tecnológica, começando pela Política de Ensino Superior levada a cabo pelo Ministério da Educação, passando pelas dificuldades nas Universidades Públicas e particulares, além de enfrentarmos a insuficiência e até a inexistência de canais e circuitos que socializem essa produção.

É verdade também, que nas instituições campos de trabalho luta-se permanentemente pela maior valorização do espaço e de recursos para a pesquisa. Tudo isso agravado e até determinado pela investida neoliberal das últimas décadas, que, entre suas pretensões, concebia a concentração da produção de ciência e tecnologia no chamado primeiro mundo, detonando os investimentos em pesquisa dos países subordinados.

Não obstante todas essas dificuldades estamos aqui. E os que aqui estão, são vitoriosos. Venceram a escassez de recursos, venceram a indiferença, venceram o descaso e aqui estarão apresentando os seus trabalhos, que contribuem para dignificar a nossa profissão e conferir-lhe cada vez mais legitimidade e visibilidade na sociedade.

Parabenizo aos organizadores do evento, aos pesquisadores que aqui apresentarão suas produções, aos participantes das mesas e

a todos (as) que contribuíram e contribuem de algum modo para o êxito deste ENPESS.

Bem, para além dessa dimensão teórica, técnica e formativa quero destacar outros significados desse evento. Representa mais um momento de construção coletiva da articulação entre o Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS e de fortalecimento do projeto político do Serviço Social brasileiro.

É intenção do Conjunto CFESS/CRESS estreitar os laços com os pesquisadores e com os grupos de pesquisa presentes ao Encontro com o intuito de atingir dois objetivos prioritários:

- a) aproximar nossas frentes de luta nos vários campos do Serviço Social às linhas de pesquisa como forma de troca político teórica recíproca e;
- b) estreitar mais o campo do exercício com o campo da formação e da pesquisa.

É oportuno reafirmar a nossa permanente intenção de fortalecer a articulação de nossas entidades da categoria e garantirmos a implementação da formação e do exercício profissional. O Conjunto CFESS/CRESS tem uma enorme responsabilidade de pensar a profissão em sua totalidade. Muito já acumulamos na defesa e valorização da profissão, mas ainda muito nos desafia e instiga sobretudo as questões no universo do exercício da profissão.

Hoje se apresentam para o Conjunto Cfess/Cress demandas importantes para o debate e respostas a categoria. A demanda de assistentes sociais por especializações e pelo reconhecimento das práticas profissionais de caráter clínico/ terapêutico é uma delas. Outra que está presente nos conselhos é a pressão sobre questões salariais e condições de trabalho, nos quais houve impactos dramáticos para os assistentes sociais e demais trabalhadores, no contexto das políticas neoliberais. Dentre outras demandas, ainda existem aquelas por capacitações específicas.

As nossas respostas se apresentam por meio da Política Nacional de Fiscalização, estruturada em quatro eixos:

- Capacitação das Comissões de fiscalização e agentes fiscais;

- Valorização e publicização da profissão;
- Articulação com as unidades de Ensino, ABEPSS e ENESSO;
- Defesa das políticas públicas e da democracia.

A função precípua de um Conselho de Fiscalização é defender os interesses da profissão e a qualidade dos serviços profissionais prestados a população. Esta função deve estar voltada para o aprimoramento do papel social da profissão. E certamente no universo da intervenção profissional nos deparamos com questões novas ou contraditórias, exigindo que estas adentrem a academia em forma de demanda de pesquisa ou capacitações específicas.

Certamente obteremos êxito com a articulação entre a formação e o exercício profissional, traduzida nas ações integradas das Entidades Nacionais da categoria.

Para concluir é preciso registrar também que esse quadro que envolve o Serviço Social tem uma moldura caracterizada por princípios de uma democracia popular. Em 27 de outubro de 2002, o povo brasileiro conferiu a Lula a segunda maior votação do mundo. Passada a euforia da comemoração de ver realizado um sonho perseguido há anos para a tomada de consciência, sabemos que essa realidade não será fácil.

Como nos disse Marilda em evento do CFESS no último dia 9 de novembro em Belo Horizonte, estamos vivendo um momento fecundo para viabilizar o projeto ético-político e pela construção da nossa profissão nos antecipamos e estamos preparados.

Vamos viver nos próximos anos a possibilidade de concretizar o projeto de sociedade, mas que também vai depender de trabalho, compromisso e empenho de todos (as). Temos o dever de ajudar para que este governo dê certo.

Muito obrigada.

*Léa Lúcia Cecílio Braga
Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
Trabalho, Direitos e Democracia – A gente faz um país
Gestão 2002 - 2005*

Capítulo IV

MANIFESTAÇÃO: NÃO À GUERRA ASSISTENTES SOCIAIS DIZEM NÃO À GUERRA, PELA PAZ!

*Nota do CFESS em repúdio
à invasão do Iraque pelos EUA, em 2003.*

O governo do país que aniquilou inúmeras vidas inocentes, que arrasou Hiroshima e Nagasaki com comandos assassinos e bombas atômicas e que usou o belicismo químico no Vietnã pretende, agora, fazer o mundo acreditar que o Iraque é um perigo para a humanidade. Os Estados Unidos querem legitimar seu próximo crime valendo-se do apelo a Deus e à democracia, "caluniando ambas as idéias", como denuncia Eduardo Galeano.

Na verdade, o que pretende Bush é se apropriar da segunda maior reserva de petróleo do planeta e fazer da guerra contra o Iraque um modelo paradigmático da força do império militar norte-americano. Com isso, exhibe os top line da indústria bélica para os possíveis consumidores de armamentos no mundo todo e, de quebra, justifica, internamente, aos cidadãos americanos e, externamente, aos "aliados" seus gastos militares exorbitantes. Sabe-se que o controle das reservas de petróleo iraquianas por parte dos Estados Unidos implica em um controle praticamente exclusivo sobre o petróleo mundial no prazo de, no máximo, 5 anos. Isso jogaria os preços do barril de petróleo em níveis impraticáveis para outras empresas, como a Petrobrás, por exemplo, colocando-as em situação de "presa fácil" para as indústrias petrolíferas norte-americanas, principais beneficiadas com a guerra que se aproxima.

Com análises altamente comprometidas do ponto de vista da ética, baseadas em leituras mecanicistas que dividem "os bons" e "os maus", os EUA querem impor uma nova ordem imperial para o mundo, quando Bush declara: "ou estão conosco ou contra nós".

É verdade que Sadam é autoritário. O povo iraquiano já sofre com ele, com o embargo, com a fome, a miséria, com o cerceamento das liberdades. Ainda hoje sofre os efeitos da guerra do Golfo e do embargo, agravando-se sobremaneira a pobreza e a fome. A mortalidade infantil no Iraque aumentou 160% entre 1990 e 2000, segundo dados do UNICEF. Uma das causas da fome se deve ao fato de que, há mais de 8 anos, os Estados Unidos bombardeiam o Iraque todos os dias. Bombardeiam a agricultura com vírus e germes de todos os tipos, acabando com a agricultura nacional, como alerta a liderança do MST. Mas isso não é tudo: os EUA também têm usado armas químicas, praticamente acabando com a água potável no território iraquiano. Como a ONU não liberou a entrada de remédios, milhares de crianças morrem por absoluta falta de medicamentos. Em nome de posições/interesses econômicos, ideológicos, políticos, étnicos, raciais e religiosos, verdadeiros massacres são realizados, onde, além da carnificina geral, inúmeras mulheres que escapam da morte são brutalmente estupradas. Por que agora dizimar o povo iraquiano massivamente com a bestialidade do governo norte-americano e com a execrável cultura da violência e da guerra, consubstanciais à lógica do capitalismo financeiro barbarizado?

Quem se responsabiliza por esses crimes contra os direitos humanos e contra os direitos internacionais?

A revista Time está realizando uma pesquisa on line sobre o país que constitui maior ameaça à paz mundial e que mais despreza os direitos internacionais. O resultado, até o dia 18 de fevereiro, aponta que os Estados Unidos estão ganhando esmagadoramente, obtendo 84% do total dos votos.

Este pode ser considerado um saldo positivo (se é que se pode falar nestes termos) do iminente conflito no oriente médio: a crescente coalizão internacional pela paz e a consciência do perigo que representam os EUA à humanidade. Em 15 de fevereiro, milhões

de pessoas do mundo todo foram às ruas dizer não à guerra e lutar pela paz. Os Assistentes Sociais estão também comprometidos com essa luta.

Em consonância com os princípios inscritos no atual Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros, que no próximo 13 de março completa 10 anos, o Conselho Federal de Serviço Social do Brasil repudia, pois, todas as formas de violação aos direitos humanos, de arbítrio, autoritarismo, dominação e exploração. Defendemos de forma radical a liberdade, o respeito à diversidade e à democracia. Valores que Bush viola.

Assim, o Conselho Federal de Serviço Social do Brasil, representando mais de 57.000 profissionais de Serviço Social, repudia qualquer intervenção militar dos EUA no Iraque e manifesta radical e intransigente apoio a uma solução diplomática e pacífica dos conflitos entre esses países.

Um outro mundo é possível, e absolutamente necessário.

Brasília, 22 de fevereiro de 2003

*Conselho Federal de Serviço Social
Trabalho, Direitos e Democracia no Brasil
A gente faz um país – Gestão 2002-2005*

Capítulo V

PROGRAMA FOME ZERO E A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

*Análise do CFESS sobre o
lançamento do Programa Fome Zero,
publicada no início do governo Lula, em 2003.*

O Programa Fome Zero e a Seguridade Social no Brasil
– contribuições iniciais do Conjunto CFESS/CRESS –

*“ A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente quer a vida como a vida quer.
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade. ”*

*Comida (Extratos, 1987)
Marcelo Fromer / Arnaldo Antunes / Sérgio Britto*

O Conjunto CFESS/CRESS tem sido interlocutor e protagonista nas lutas e debates acerca da questão social e das políticas e estratégias para seu enfrentamento. Reafirmando estes compromissos, sentimos-nos instigados a participar desse novo momento do país, oferecendo ao debate nossas reflexões sobre o Programa Fome Zero numa perspectiva de seguridade social.

O Governo Luiz Inácio Lula da Silva, ao assumir como compromisso e meta de seu mandato a organização de um projeto nacional para erradicar a fome no país, se dispõe a enfrentar um problema crônico, vivenciado por expressiva parcela de cidadãos e cidadãs brasileiros de todas as idades. Cidadãos e cidadãs que, apesar das garantias legais, previstas tanto na Constituição de 1988 quanto nas legislações complementares, não têm reconhecidos seus direitos fundamentais, no caso, o acesso a alimentação de qualidade e em quantidade compatíveis com as necessidades humanas básicas. Ou seja, vivem em condição de pobreza, cuja expressão mais radical, ainda que não exclusiva, é a fome.

É imperioso lembrar que o Programa Fome Zero é fruto de um movimento iniciado ainda em 1991, quando o governo paralelo do Partido dos Trabalhadores¹ – atual Instituto Cidadania, apresentou a Política Nacional de Segurança Alimentar. Assim, foi desencadeado um debate nacional sobre as estratégias de combate à fome, com propostas de políticas de geração de emprego, de recuperação de salários e expansão da produção agroalimentar e tinham por eixos de intervenção:

- Políticas de incentivo à produção agroalimentar (reforma agrária, política agrícola e agroindustrial).
- Política de comercialização agrícola (preços mínimos, estoques reguladores e gestão de entrepostos).
- Distribuição e consumo de alimentos por meio de medidas de descentralização do setor varejista, controle de preços e margens, ampliação dos programas de distribuição de alimentos básicos.
- Ações emergenciais de combate à fome

A coordenação e implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar seriam realizadas pelo CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar, órgão vinculado diretamente à Presidência da República. Durante o governo Itamar Franco, entre 1993 e 1995, o

¹ O Governo Paralelo foi uma proposta do Partido dos Trabalhadores, implementada em 1991 e tinha por objetivo propor estratégias para o enfrentamento dos reflexos da questão social no Brasil, bem como monitorar as ações governo.

CONSEA teve uma atuação significativa no combate à fome. No governo Fernando Henrique Cardoso, lamentavelmente, o CONSEA foi extinto e pouco se avançou na perspectiva de superação da fome e das carências nutricionais no país. Além disso, cresceu de forma alarmante o número de pessoas alijadas do acesso aos direitos humanos e sociais, situação promovida pelo aprofundamento do neoliberalismo, com impactos regressivos nas condições de vida e trabalho da população.

Frente a essa realidade é, sem dúvida, um avanço significativo a apresentação de uma Política de Segurança Alimentar para o Brasil, especialmente quando está vinculada ao reconhecimento dos direitos humanos e de seguridade social. Vale dizer que acreditamos que a seguridade social deve ir além do conceito constitucional, hoje restrito às políticas de previdência, saúde e assistência social. O programa Fome Zero pode agregar uma perspectiva ampliada de seguridade social, envolvendo um conjunto de direitos e medidas para além daquelas.

Um grande avanço do Programa é a compreensão, por parte do governo central, de que o problema da fome no Brasil está diretamente vinculado ao baixo poder aquisitivo do povo brasileiro. Em outras palavras, não é por escassez de alimentos ou por problemas na sua distribuição que cerca de 44 milhões de pessoas passam fome. Isso acontece porque as pessoas não têm recursos para adquirir os produtos, conforme a lógica capitalista do mercado. Esse reconhecimento é um passo importante para a articulação de ações que possibilitem o enfrentamento da desigual distribuição de renda e da carência alimentar no país, elementos causadores de um sem número de outras vulnerabilidades que compõem a condição de pobreza.

O programa tem alguns mecanismos que, além de possibilitar a erradicação da fome, contribuem para a autonomia do povo brasileiro, à medida que estão voltados a superar limites estruturais historicamente construídos. O compromisso de investir na articulação de políticas estruturais, que dêem conta de possibilitar a redistribuição de renda, a ampliação da produção com a conseqüente geração de empregos e a priorização da reforma agrária, como possibilidade concreta de terra e trabalho para milhares de trabalhadores hoje excluídos do

mercado, é fundamental para a redução dos índices de miséria até hoje vivenciados. Aqui, há ainda a preocupação em recompor o poder de compra do salário mínimo.

Conjugadas a essas ações estruturais estão ações emergenciais, muitas vezes necessárias para o alcance dos objetivos mais imediatos, como o compromisso com a garantia de acesso à alimentação diária. Dentre as ações priorizadas, está a organização de restaurantes populares, que possibilitam o acesso da população a alimentos subsidiados, o barateamento de produtos alimentícios, a priorização dos pequenos fornecedores nos programas de assistência social promovidos pelo Governo Federal e a recomendação, aos Governos estaduais e Municipais, para o incentivo da produção e comercialização locais. Aqui também estão previstos o Cupom Alimentação e a distribuição de alimentos, como ações primeiras, integradas àquela estratégia global.

É imprescindível reconhecer que o Programa Fome Zero encara como central a articulação necessária, mas tradicionalmente negada, das políticas econômica e social. Nesse sentido, o programa é crítico em relação à subsunção dos direitos sociais e humanos à macroeconomia do Plano Real, que engessou sistematicamente os investimentos, promoveu uma sangria de recursos para a especulação financeira por meio do pagamento de encargos da dívida pública, inviabilizando o crescimento da produção, do emprego e, conseqüentemente, da renda. Nesse sentido, a efetivação de um programa dessa amplitude requisita a ruptura com os fundamentos da política econômica anterior, sob pena de que o programa tenha um impacto pífio.

Sem essa articulação e investimentos em políticas sociais universais é praticamente impossível escapar do engodo fácil e cômodo do assistencialismo tão conhecido do povo brasileiro, e que tão duramente nega aos cidadãos seus direitos constitucionais. Outra prática recorrente, produzida diretamente pela lógica do ajuste fiscal, foi o focalismo, com suas ações compensatórias, ineficientes e insuficientes para fazer frente à iniquidade e à injustiça social. Entendemos que isoladamente nenhuma política ou programa será capaz de superar os limites estruturais postos em nossa realidade.

É preciso reconhecer a importância da articulação ² das políticas de Saúde, Educação, Trabalho, Habitação, Assistência Social, dentre outras, para que o programa Fome Zero logre êxito. Nesse sentido, um de seus avanços é o reconhecimento da necessidade de ações assistenciais – não assistencialistas, nem focalizadas – para garantir o acesso à alimentação e satisfazer às necessidades humanas biológicas. Contudo, entendemos que apenas com isso não se conseguirá superar a iniquidade, a miséria e a desigual distribuição de renda em nosso país.

É fundamental, portanto, que o governo invista de forma qualificada no enfrentamento do desemprego. A contra-reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho encontraram terreno fértil no Brasil da última década, provocando uma grave redução no número de postos de trabalho. Esse déficit precisa ser enfrentado, permitindo que milhões de brasileiros e brasileiras voltem a garantir a sua subsistência e de sua família através de seu trabalho, sem prejuízo do acesso desse segmento à seguridade social. Nessa linha, é interessante a distinção entre fome e vulnerabilidade alimentar, já que há milhões de trabalhadores inseridos no mercado que não estão passando fome (com redução da massa corpórea), mas necessitam de políticas de proteção.

Uma das questões centrais do Fome Zero é a premência de se enfrentar a desigual distribuição de terras em nosso país. Neste sentido, reafirmamos a importância de uma reforma agrária radical e profunda, como condição para a ampliação da produção agrícola, capaz de oferecer os insumos necessários à produção agroindustrial, bem como de ofertar produtos locais com preços mais acessíveis a toda população.

A Habitação e a Saúde são outras áreas que exigem investimentos urgentes. São milhões de famílias vivendo em condições

². A LOAS aponta essa necessidade de articulação em seu Artigo 25:

“Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social”.

extremamente precárias. Seja em grandes centros urbanos ou em pequenas comunidades rurais, pessoas sofrem pela inexistência de uma habitação. Coloca-se a necessidade de que os cidadãos e cidadãs tenham um endereço, ou seja, uma moradia, onde o convívio familiar e comunitário esteja presente, assim como o sentimento de pertencimento, de afetividade, de laços de amizade e segurança. Por outro lado, o número de crianças que morrem por falta de condições adequadas de moradia e todas as suas conseqüências, bem como pela falta absoluta de saneamento básico, ainda é uma realidade que incomoda profissionais, governantes e qualquer cidadão que compreenda a luta pelos direitos humanos e sociais. Cabe lembrar que estas duas políticas são intensivas em força de trabalho, e poderão ser decisivas na geração de emprego.

Na perspectiva de defesa dos direitos fundamentais, torna-se imprescindível que a Política de Saúde seja realizada dentro dos princípios e diretrizes do SUS, possibilitando o acesso a serviços de qualidade para todos os que deles necessitarem, não só na garantia de atendimento dos profissionais de saúde, mas também no acesso a exames, medicamentos e tratamentos de alta complexidade.

A articulação da Política de Assistência Social com o Programa Fome Zero exige sua compreensão enquanto política pública, direito do cidadão e dever do Estado. A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8742 em 07/12/93, que passa a reconhecer legalmente esses direitos, é recente e fruto de uma construção coletiva, de um movimento intenso, promovido por setores democráticos da sociedade brasileira. O governo Fernando Henrique Cardoso desprezou a novidade da política de assistência social como componente da seguridade e criou o Comunidade Solidária como estratégia concorrente, de marketing político e extremamente focalista. Essa negação e falta de compromisso expressaram-se em vários programas filantrópicos desregulamentadores de direitos, muitas vezes sob a responsabilidade do voluntariado. Entendemos que a política de assistência social é um dos mecanismos para fazer frente à exclusão tão perversamente acentuada pelo neoliberalismo. Mas, obviamente não a entendemos como um fim em si mesma. Por outro lado, será um desafio assegurar a direção de seguridade ao Fome Zero, rompendo

com os vícios de programas como o Comunidade Solidária, à medida em que nos últimos oito anos enraizou-se essa concepção e arquitetura institucional em estados, municípios e na União.

Outra questão importante que precisa ser superada na implementação do Fome Zero e das políticas de seguridade em geral, é a compreensão equivocada de que a condição de pobreza deve restringir o movimento das pessoas, impedindo-lhes a “liberdade de ir e vir”. O atendimento aos cidadãos circunscritos ao seu município, infelizmente, é prática corriqueira, negando-se assim, aos usuários das políticas públicas, a possibilidade de buscar novos lugares. Uma sociedade democrática, socialmente justa e equânime não pode se fechar territorialmente. Ao contrário, sua postura deve ser a de tratar indistintamente todos os cidadãos como signatários de direitos. Ademais, as políticas estruturais têm exatamente o papel de fixar as pessoas no espaço local, com qualidade de vida e de trabalho.

Assim, é preciso reconhecer a articulação do Fome Zero com as demais políticas setoriais como importante para a efetivação do sistema de seguridade social que tem por princípios, no seu marco legal – a Constituição – a universalização dos direitos, a igualdade de acesso, a superação de qualquer ordem de preconceitos, o respeito à dignidade dos cidadãos e cidadãs brasileiros e a superação da distância entre o social e o econômico. Nesse aspecto, reforçamos a importância de garantir acesso a previdência social universal, conforme define o Programa Fome Zero, “estendendo os mesmos direitos do regime de economia familiar rural ao trabalho familiar urbano”. Nessa direção, a reforma previdenciária, ao nosso ver, deverá se pautar pela reafirmação de sua natureza pública e redistributiva. Isso significa recusar a lógica fiscal e de estímulo às renúncia e sonegação que presidiram este debate na era FHC. Dentro disso, pensamos ser mais que urgente a revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na LOAS, e gerido pelo INSS, quanto ao seu critério draconiano de elegibilidade, hoje restrito a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita. Essa seria uma medida fundamental para ampliar a cobertura das famílias da classe trabalhadora.

Outro fator fundamental que precisa ser levado em conta na operacionalização do Programa Fome Zero é a elaboração de

diagnósticos territorializados e circunstanciados que possam indicar as reais necessidades da população a ser atendida, suas potencialidades e vocações. Entendemos que esse estudo detalhado – apelidado no Programa de “Censos Municipais da Fome” – pode oferecer caminhos específicos capazes de otimizar recursos tanto econômicos quanto de pessoal e de espécies. Assim não se correrá o risco de oferecer alimentos para quem tem sede. Não é à toa que a Constituição Federal de 1988 preconiza, e as leis que a regulamentam exigem, que, para a liberação de recursos, são necessários planos municipais para cada área específica conjugados ao controle social.

O Programa Fome Zero, em nossa avaliação, precisa reconhecer a importância dos Conselhos de Políticas Públicas, em seus três níveis de atuação, como atores importantes para a sua operacionalização. Se, por exemplo, observamos a existência de Conselhos de Assistência Social, que tradicionalmente trabalham com a população alvo do Programa Fome Zero, precisamos incluí-los como elementos importantes, desde a concepção até a operacionalização do programa. É importante lembrar que os avanços construídos ao longo de muitos anos de luta, na defesa intransigente de uma sociedade justa, passam pelos conselhos. As ações sócio-educativas que deverão ser desenvolvidas junto à população alvo do Programa Fome Zero passam necessariamente pela estrutura existente nas políticas de seguridade. Logo, todos os conselhos referentes a essas políticas devem ser ouvidos, já que conhecem a realidade onde intervêm e podem ser importantes parceiros para o controle e avaliação do Programa.

Assim, é preciso que o governo cuide para não criar um paralelismo no que diz respeito ao controle social. A maioria dos municípios brasileiros tem conselhos de políticas públicas organizados, por mais que esses enfrentem alguns problemas. A experiência tem mostrado que, especialmente nos municípios menores, mesmo que sua população seja comprometida com o combate às iniquidades produzidas pela questão social, existem dificuldades. Há pessoas que representam entidades ou o próprio governo local em vários conselhos, o que compromete a efetivação do controle social desejado.

É compreensível que um governo neoliberal negue o papel dos Conselhos de Políticas Públicas, mas é inadmissível que um governo

democrático e popular os ignore, o que poderia implicar em perdas das conquistas no âmbito da Constituição Federal de 1988, que garantiu um sistema de seguridade e desencadeou a democratização da relação Estado e sociedade ao assegurar o pleno direito de participação da população na formulação e no controle das ações. O Programa Fome Zero não pode furtar-se de considerar tais conquistas, mas ao contrário deve incorporá-las, no sentido de potencializar o seu impacto, criando uma sinergia do conjunto dos investimentos na área social.

Reconhecemos a importância e a centralidade, para o atual momento do país, do Programa Fome Zero como estratégia econômica, política e cultural de inversão das prioridades, apesar de alguns de seus limites. Seus objetivos estão em consonância com a sociedade que, como Assistentes Sociais, acreditamos ser possível construir. Estamos comprometidos com a construção de uma nova ordem social e acreditamos que a transformação social é possível a partir do reconhecimento e acesso ao status de cidadania para todos os brasileiros e brasileiras. Temos o que dizer sobre o Programa Fome Zero e podemos contribuir para sua implementação.

Algumas Proposições:

- Considerar que as políticas de seguridade já têm os instrumentos necessários à descentralização (Conselhos, Planos e Fundos), portanto não é necessária a criação de novos mecanismos, já que os existentes podem ser redirecionados para os objetivos do Programa.
- Analisar diagnósticos territorializados, aproveitando os dados existentes, identificando os limites e as possibilidades dos municípios e populações a serem atendidas pelo Programa Fome Zero.
- Incluir os Conselhos de Políticas Públicas como parceiros privilegiados em todas as etapas do Programa Fome Zero.
- Utilizar o Fundo de Assistência Social para movimento de recursos referentes a ações de Assistência Social (benefícios, bolsas, vales, cestas básicas).

- Superar a compreensão moralista que nega aos pobres o direito de escolher o que vai comprar, limitando o acesso a alimentos.
- Superar a visão equivocada de punir quem trabalha, à medida que exclui progressivamente os trabalhadores do acesso aos benefícios dos diversos programas.
- Articular intersetorialmente todas as políticas sociais.
- Elevar a cobertura do BPC, alterando seu critério de acesso pelas famílias para um salário mínimo per capita, retomando a proposta original da idade de 65 anos para pessoa idosa.
- Organizar plenárias setoriais para discussão do Plano Plurianual 2004-2007 "Brasil para Todos", tendo em vista um planejamento integrado e sinérgico das políticas de seguridade, no sentido amplo aqui referido.
- Realizar uma reforma previdenciária amplamente debatida com a sociedade, e que reforce sua natureza pública e redistributiva.
- Reforçar uma estratégia de divulgação do programa que enfatize a necessária articulação entre ações estruturais e emergenciais, bem como a primazia do Estado na condução do Programa Fome Zero, já que se trata do direito à alimentação.
- Investir na valorização do servidor público e em sua capacitação continuada como estratégia para comprometê-lo com a qualidade dos serviços prestados à população.

*Brasília, 03 de abril de 2003**

**Esse documento é fruto de uma discussão coletiva, realizada em várias etapas. Em 29/11/02, durante o Seminário A Nova Conjuntura Brasileira e o Conselho Federal de Serviço Social, realizado em Brasília, foi constituído um grupo de trabalho para produzir uma análise do Programa Fome Zero. Compuseram o GT: CRESS 6ª - Roselene Cristina Rocha; CRESS 7ª - Hilda Correa de Oliveira; CRESS 8ª - Patrícia de Souza de Marco; CRESS 9ª Tânia M. R. de Godoi Diniz e Maria Inês da Costa; CFESS Márcia Maria Biondi Pinheiro e Deborah Cristina Amorim; e as colegas: Elaine Rossetti Behring, Maria Lucia Lopes e Maria Carmelita Yazbeck.*

Capítulo VI

SEMANA DA(O) ASSISTENTE SOCIAL: COMEMORAR E REFLETIR

*Editorial em comemoração ao dia do Assistente Social,
publicado no Boletim Notícias do Pleno nº 28,
em Abril de 2003.*

Dia Nacional da(o) Assistente Social – 15 de maio. Mais uma vez, pelo Brasil afora, as celebrações e prolongam por uma semana, por semanas inteiras e até mesmo por todo o mês de maio. Tanto que já não é de hoje que falamos em Semana do Serviço Social, em “Mês do Assistente Social”. Todo o conjunto CFESS/CRESS, as unidades de ensino, as instituições onde trabalhamos, os profissionais, os alunos, enfim, de toda a parte multiplicam-se momentos comemorativos por meio de eventos os mais diversos.

Em nome do Conselho Federal de Serviço Social, órgão representativo da profissão em todo o País, responsável pela orientação e fiscalização do exercício profissional, felicitamos todas(os) as(os) assistentes sociais.

Temos orgulho de nossa profissão e fazemos do CFESS uma referência de sua defesa e valorização. Organizamo-nos por todo o Brasil e aqui podemos falar do protagonismo das(os) assistentes sociais brasileiros nesse processo de construção de uma nova sociedade.

O CFESS, que vem consolidando a cada nova gestão seu espírito realmente democrático e participativo, tem uma diretoria de 18 membros que trabalham de forma colegiada. São gestões consecutivas que assumem compromissos na direção de fortalecer, organizar e democratizar o Conselho Federal, o que permite que hoje os

assistentes sociais brasileiros realmente se orgulhem de seu Conselho, pois ele está equipado, organizado, com as finanças em dia (embora com as dificuldades naturais da conjuntura) e com seus processos de gestão totalmente arejados e visíveis para quem quiser conhecê-los por dentro. Os julgamentos de recursos éticos também estão em dia e têm sido levados a cabo com competência e seriedade.

O CFESS desenvolve um trabalho que abrange tanto os assistentes sociais como a sociedade em geral, uma vez que, ao mesmo tempo em que implementa as deliberações da instância máxima de decisão – o Encontro Nacional CFESS/CRESS –, participa de conselhos e fóruns nacionais no campo da garantia de direitos sociais e outros.

Nossos desafios são imensos nesta nova conjuntura. No plano internacional, vivemos uma época na qual vemos a face mais cruel do capitalismo se explicitando por meio do belicismo imperialista liderado por EUA e Inglaterra. Na recente invasão do Iraque, todos os tratados referentes aos direitos humanos foram violados por essas nações e seus aliados. Todas as formas diplomáticas ancoradas em princípios de convivência democrática entre as nações, foram atropeladas. Saem perdendo os direitos humanos, a política e a humanidade como um todo. Mais ainda, lembremos dos horrores que esta invasão instaurou na população iraquiana, que não teve nem seus civis preservados, dentre eles milhares de crianças mortas, mutiladas e feridas. Como todos que atuam do nosso lado, estamos preocupados com as consequências políticas para o Oriente Médio e para o mundo. Por isso, desde fevereiro resolvemos explicitar nosso veemente repúdio à invasão do Iraque, por meio da carta aberta intitulada "Assistentes Sociais contra a Guerra", que fizemos circular o máximo possível.

Já no plano da conjuntura nacional, o governo Lula representa anseios oriundos de toda uma geração da qual fazemos parte. Traz em si expectativas dos setores mais progressistas da sociedade brasileira, bem como a esperança da imensa maioria da população que votou maciçamente em Lula, atribuindo-lhe a maior votação que um presidente já obteve no Brasil e a segunda maior da história mundial.

No entanto, tal triunfo eleitoral só foi possível, para além do esforço inestimável de todos nós, ou seja, daqueles que se situam no

campo da esquerda brasileira, graças a uma ampliadíssima articulação política que pôs, lado a lado, trabalhadores e empresários e uma miríade de segmentos da sociedade brasileira, compondo a idéia de um polêmico pacto social entre as classes, que pretende “unir” capital e trabalho em torno de um novo projeto par ao Brasil. Como bem definiu o professor José Paulo Netto, “a eleição de Lula resultou – com giros do próprio Partido dos Trabalhadores – da articulação de um arco sociopolítico extremamente amplo, no interior do qual a gravitação da esquerda concorre tensamente com componentes de nítido traço conservador”. (*Jornal do Brasil*, 19/01/03)

Decorre daí que temos um cenário conjuntural indefinido, que se comprova nestes primeiros cinco meses de governo, no qual verificamos uma clara concorrência dos projetos distintos que compõem o governo agregados em duas grandes tendências políticas: uma originada da esquerda e centro-esquerda, representada nos diversos movimentos sociais organizados e em alguns partidos como o próprio PT, PC do B, PCB, PDT, PSB e PPS; e outra tendência, localizada nos diversos setores da burguesia nacional (com destaque para a FIESP e a FEBRABAN) e internacional, ancorada nos interesses do capital financeiro mundial. Tais tendências disputam o protagonismo na arena sociopolítica institucional em busca da hegemonia no governo Lula.

Tal configuração política do governo nos impõe a tarefa de interferir diretamente neste processo. Temos a convicção de que o curso desse governo depende decisivamente da ação política organizada dos setores representativos dos interesses da classe trabalhadora neste país. Esta ação política deve se desdobrar em dois âmbitos articulados entre si: ações que interfiram nas articulações político-institucionais de forma a disputar os espaços de composição do governo e, por outro lado, ações que fortaleçam o protagonismo da classe trabalhadora organizada em várias entidades, dentre elas o CFESS. Temos clareza de que um curso político diferente deste que vem sendo adotado até agora é possível no governo. Ele passa, necessariamente, pela “reversão da política econômica implantada desde 1995 e suas conexões imediatas com as políticas sociais”, como afirma Netto (JB, 19/01/03). Apostamos no enorme capital político que as urnas de outubro de 2002 atribuíram ao governo Lula. Pensamos

que tal força política, aliada às ações de esquerda, poderá reverter a direção política e social que até então tem se mostrado mais conservadora que progressista, sobretudo quando pensamos na política econômica e nas conseqüências diretas para as políticas sociais.

É nesta conjuntura que atuamos. Nela temos desenvolvido nossas ações em torno da defesa da profissão, dos direitos humanos, das políticas públicas e da democracia. O CFESS vem, junto a alguns aliados, contribuindo decisivamente na construção desta nova sociedade, por meio de várias frentes de atuação já destacadas. Queremos dividir com vocês o que temos feito de forma a socializar os entraves e aos avanços que vivenciamos.

A chamada área social do governo, que desperta grandes expectativas por parte da população em geral – pelas próprias origens do Presidente e pelas marcas que o próprio PT imprimiu ao longo de suas experiências administrativas em municípios e Estados diversos –, até agora não se consolidou com políticas sociais de caráter estrutural e universal, limitando-se, por um lado, a dar continuidade ao escopo das políticas sociais ordenadas no governo FHC a partir da reprodução das várias bolsas (bolsa-escola, alimentação, vale-gás e outras) e, ainda, iniciaram-se as primeiras ações experimentais – as mais imediatas e focalizadas – do que se considera o programa carro-chefe do governo: o Fome Zero.

Por enquanto, o Programa Fome Zero tem se mostrado recheado de boas intenções, repetindo o desgastado apelo à solidariedade civil. Sua proposta é ousada e deve ser apoiada por nós, já que tem potencial para tornar-se política estrutural que engloba setores os mais diversos, integrando ações no campo de produção agrícola auto-suficiente, modernização e descentralização da rede de abastecimento e distribuição. Pressupõe a criação de uma estrutura de segurança alimentar, fundada no pequeno produtor e na agricultura familiar. O CFESS constitui um grupo de trabalho para desenvolver análises sobre o Fome Zero a fim de subsidiar a categoria e interferir no debate nacional. Já há um documento produzido pela comissão disponível em nossa página.¹

¹Esse documento está também na página 33 deste livro.

Se analisarmos o governo Lula nas diversas áreas que constituem as políticas de Seguridade Social, veremos que não há ainda um desenho completo do cenário. Porém temos, com certeza, o desenvolvimento de tendências no mínimo preocupantes. Estamos no CFESS atentos a esta situação e procurando direcionar ações políticas que afirmem nossos compromissos ético-políticos.

Na Assistência Social, vemos a ausência de uma proposta mais articulada. Temos no Ministério de Assistência e Promoção Social, até agora, uma reprodução técnica e política das ações da antiga Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), caracterizada pela fragmentação das ações.

Na área de saúde, ainda há indefinições relativas a aspectos importantes da política a ser adotada. Por exemplo, a questão do Programa Saúde da Família, no qual não há isonomia salarial entre os profissionais executores, além da falta de garantia de direitos trabalhistas e, ainda, o problema de seu funcionamento à parte do SUS, dentre outros elementos que precisam ser revistos. O CFESS, atuando como entidade integrante e coordenadora do Fórum das Entidade Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas), está mobilizado na defesa de nossos compromissos relacionados à política de saúde.

Quanto à Previdência Social, não mais do que crítico deste início de governo, tem -nos demandado investimento redobrado, dado o caráter neoliberal das propostas defendidas pelo governo até aqui para a reforma da Previdência, como por exemplo o PL 9. Estamos integrando esforços do conjunto das entidades dos trabalhadores, realizando estudos a partir de um GT específico que criamos para subsidiar nossas ações. Além disso, temos atuado junto aos assistentes sociais do INSS que, desde o governo passado, vêm lutando para defender o Serviço Social naquela instituição.

Vale lembrar as políticas neoliberais já implementadas no setor pelo governo anterior, como a que originou o desmonte de vários serviços previdenciários, entre eles a Perícia Médica, com sua privatização; os Centros e Núcleos de Reabilitação, que foram fechados e substituídos por equipes de reabilitação no âmbito das Agências de Previdência; ou, ainda, a própria tentativa de exclusão do Serviço

Social da nova estrutura organizacional do órgão. Quanto à este último ataque, o CFESS impetrou Ação Civil Pública relacionada às competências do Serviço Social, dada a ilegalidade da medida. Estamos juntos nessa luta dos colegas da Previdência. Nesse sentido, promoveremos em julho um Encontro Nacional das(os) Assistentes Sociais do setor.

Na área da criança e do adolescente, estamos trabalhando pela implementação dos princípios contidos no chamado "Pacto pela paz", oriundo da IV Conferência Nacional. Aliás, estaremos, por meio de nossa representação no Conanda, participando da organização, neste ano, da V Conferência, que terá como objetivos principais a defesa das diretrizes estabelecidas, a avaliação de sua implementação no âmbito dos Estados e Municípios e, ainda, a discussão das propostas do novo governo. Há boas perspectivas de avanços neste campo.

Ainda que diante de vários entraves, apostamos que esse governo pode ganhar rumos favoráveis às nossas lutas, mesmo sabendo de suas limitações e dos tensionamentos políticos típicos de alianças tão amplas como as que foram feitas.

Anima-nos, ainda, a certeza de contarmos com assistentes sociais que hoje ocupam cargos de destaque em âmbitos nacional, estadual e municipal. No governo federal, temos Matilde Ribeiro na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Benedita da Silva no Ministério da Assistência e Promoção Social. Há ainda assistentes sociais dirigindo superintendências regionais do INSS no Ceará e em Santa Catarina. Além disso, vale lembrar das(os) diversos assistentes sociais prefeitos(as), deputados(as), estaduais, federais e vereadores(as); gestores de políticas públicas; e dos profissionais que cotidianamente coordenam e executam programas sociais e atuam nas Universidades como dirigentes e docentes. Ocupam ainda espaços estratégicos nos conselhos e fóruns de direitos e de políticas públicas nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

Por tudo isso, temos muito a festejar, mesmo sabedores dos difíceis desafios que temos pela frente. Em nome do CFESS e do Conjunto CFESS/CRESS, desejamos boas comemorações e sucesso político-profissional aos assistentes sociais brasileiros.

O CFESS hoje tem assento como titular e/ou representações nos seguintes fóruns:

- Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Marlene Azevedo);
 - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Elisabete Borgianni);
 - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (Lea Braga);
 - Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais – FITS (Joaquina Barata Teixeira);
 - Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social (Joaquina Barata, Lea Braga e Márcia Marks);
 - Fórum Nacional de Assistência Social – FNAS (Márcia Pinheiro);
 - Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA (Solange Martins);
 - Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde – Fentas (Neimy Batista e Verônica Gomes);
 - Fórum Nacional do Orçamento – (Márcia Marks e Francisco Ventura);
 - Fórum da Reforma Urbana – (Verônica Gomes);
 - Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH (Marlise Vinagre e Elisabete Borgianni);
 - Referência nos debates sobre Previdência (Márcia Pinheiro).
-

Capítulo VII

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA: A PERSPECTIVA DO CFESS

*Mensagem do CFESS para o Seminário Latino-Americano de Serviço Social –
Articulação Latino-Americana e Formação Profissional – Oficina Nacional
da ABEPSS, evento que ocorreu no Rio Grande do Sul, em Julho de 2003.*

Bom dia a todos e todas,

Inicialmente quero dizer da nossa satisfação em estar nesta mesa com representações do Serviço Social tão importantes para a profissão no Brasil, na América Latina e no mundo.

Esperamos poder contribuir com o debate na perspectiva de fortalecer o Serviço Social e explicitar o significado das relações internacionais para o Conjunto CFESS/CRESS.

Nos últimos anos, as gestões do CFESS vêm desenvolvendo um trabalho que atinge e beneficia tanto os assistentes sociais como a sociedade em geral, uma vez que, ao mesmo tempo em que cuida de colocar em prática as deliberações da Instância máxima de deliberação que é o Encontro Nacional CFESS/CRESS, participa de Conselhos e fóruns Nacionais no campo das garantias de direitos sociais.

Essas representações concretizam a possibilidade de intervenção nos rumos dos debates sobre a seguridade e as políticas sociais do país, e a defesa dos direitos e dos espaços de controle social. É importante comunicar a este plenário que conseguimos a mais recente vitória da categoria que é a reincorporação do Serviço Social na Previdência.

Além de diversas frentes na defesa dos interesses dos Assistentes Sociais brasileiros, estamos dando continuidade:

- A defesa pela incorporação dos Assistentes Sociais no Programa de Saúde da Família;
- A ampla luta contra o ato médico pelo seu caráter corporativista;
- A discussão dos benefícios previdenciários e de assistência social que envolve a atuação de Assistentes Sociais.

Nessas frentes ainda destacamos a defesa do financiamento para as políticas públicas e organização da gestão para assegurar acesso e qualidade nos programas sociais.

Estas intervenções técnico-políticas materializam nosso projeto ético-político, naturalmente através de mediações.

Embora tenhamos uma agenda que nos desafia cotidianamente na defesa do Serviço Social e dos profissionais brasileiros, a trajetória construída pelo conjunto CFESS/CRESS, indo além dos interesses corporativos e abrigando lutas mais abrangentes, como a defesa das políticas públicas, a qualidade dos serviços, o fortalecimento da democracia interna, nos amadurece, qualifica e credencia para assumir frentes de lutas também no âmbito internacional.

Essa frente de luta vem da compreensão da importância do intercâmbio, da articulação e da construção de uma relação de forças no plano global capaz de contrapor-se a investida mundializada do projeto neoliberal.

A materialização desse compromisso se dá no assumir das representações nas organizações existentes no âmbito da América Latina, com articulação do comitê Mercosul e no âmbito global através da FITS.

O Mercosul constitui-se hoje num espaço de articulação real das organizações profissionais dos países do Cone Sul, implementando a seguinte agenda:

- 1 - Construção de princípios éticos comuns;
- 2 - Regulamentação do livre trânsito dos profissionais no âmbito do mercosul;

- 3 - Criação de instrumentos jurídicos para regulamentação profissional nos países que ainda não o possuem;
- 4 - Representar os interesses da América Latina junto a FITS, sendo reconhecido recentemente como um movimento importante na América Latina;
- 5 - Posicionar-se politicamente ante os acontecimentos de conjuntura que envolvem os países do Mercosul;

Essa agenda nos mostra que no âmbito do exercício profissional, passos concretos já têm sido dados pelos assistentes sociais brasileiros no processo de articulação latino-americana.

Por diversas vezes já aconteceram manifestações reafirmando a importância do nosso protagonismo para a realidade dos companheiros da América Latina.

A filiação à FITS, amplamente discutida e deliberada pelo Conjunto Cfess/Cress, tem proporcionado o fortalecimento da voz latino americana no âmbito da Federação, bem como o início de uma articulação internacional, buscando um mapeamento para a possível articulação com os países cujos projetos profissionais tenham a mesma direção social do nosso.

Já computamos saldo positivo com o ingresso do Brasil na FITS: marcou diferença na medida em que demos visibilidade aos posicionamentos éticos-políticos, sendo que uma das expressões dessa influência é a tentativa de concretizar uma articulação de fato entre o organismo de formação e do exercício profissional no âmbito internacional.

Outra questão considerável é a boa receptividade ao pleito do Brasil de sediar a Conferência Mundial dos Trabalhadores Sociais em 2008.

Todos esses elementos demonstram o protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS no processo de articulação dos assistentes sociais, não só da América Latina, como nas regiões continentais globais.

Para finalizar, reafirmamos o compromisso em apoiar a Abepss no seu processo de construção da articulação no âmbito latino americano nas questões da formação profissional, pois, parafraseando

CFESS MANIFESTA

Drumond, "tropeçamos no possível sem desistir de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível".

Muito obrigada

*Léa Lúcia Cecílio Braga
Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país
Gestão 2002 - 2005*

Capítulo VIII

SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA PREVIDÊNCIA

*Propostas resultantes do Seminário Nacional
de Assistentes Sociais na Previdência
Social brasileira, que ocorreu em 2003.*

Nos dias 03 e 04 de julho de 2003, em Brasília – DF, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, cumprindo deliberação do último Encontro Nacional Cfess/Cress, realizou o Seminário Nacional de Assistentes Sociais na Previdência Social Brasileira o qual teve como objetivos discutir a reforma da Previdência Social no Brasil e as contribuições do Serviço Social para a previdência social Brasileira (história, questões atuais e perspectivas).

Nesse seminário as Assistentes Sociais ali reunidas reafirmaram os princípios do projeto ético-político da profissão, se posicionando em favor da justiça social, das políticas públicas e dos direitos humanos. Abaixo, as propostas do Seminário.

Propor ao INSS a organização de um Fórum Nacional para discutir estratégias de intervenção profissional do S.S. na Previdência;

Manter a negociação permanente junto ao INSS com vistas à garantia da pauta de reivindicações já encaminhadas ao Ministério da Previdência Social:

- 1 - Revitalização do Serviço Social no INSS, nos termos das competências firmadas no art. 88 da Lei 8213 de 24/07/1991 e, do Projeto Profissional expresso na Matriz Teórico-Metodológica

do Serviço Social, definidora das diretrizes, ações e instrumentos, que viabilizam o Serviço Social na Previdência Social:

- 1 - Reestabelecimento do Parecer Social como Instrumento de acesso dos usuários aos benefícios previdenciários nas situações previstas na Ordem de Serviço DSS 509/95;
 - 2 - Resgatar as dotações orçamentárias, relativas à concessão de recursos materiais, em conformidade com a respectiva ordem de serviço;
 - 3 - Recomposição do Serviço Social na estrutura organizacional do INSS, em nível de direção geral e suas projeções estaduais (portaria 6247 de 28/12/1999).
- II - Abertura de concurso público para assistentes sociais considerando a drástica redução ocorrida nos últimos cinco anos. É importante ressaltar que essa redução foi superior a 50% do quadro existente.
- III - Sinalização para Superintendentes, Gerentes Executivos e Chefes de Agências, no sentido de garantir as condições materiais necessárias ao exercício do Serviço Social.
- Instituir uma referência do Serviço Social, nas superintendências e/ou gerências de cada Estado;
 - Fortalecer as equipes estaduais incentivando a participação dos A.S. da previdência nas comissões de políticas e/ou seguridade social dos Cress;
 - Que os Cress fortaleçam a articulação dos A.S. nos Estados com as entidades da categoria e os demais trabalhadores;
 - Garantir a matriz teórico-metodológica do S.S. como referência da intervenção do S.S. na Previdência, incorporando as demandas do momento atual, assegurando amplo debate;
 - Estimular o uso da home page da previdência para dinamizar a comunicação dos Assistentes Sociais da Previdência;
 - Fortalecer o controle social preconizado pela CF de 1988, através dos Conselhos de Políticas e de Conferências em todos os níveis, reafirmando a Previdência como Política de Seguridade Social;

- Fazer gestões para garantir a inclusão da pauta do Serviço Social da Previdência em todas as esferas nas mesas de negociações, através do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência - SINDISPREV;
- Garantir o apoio do Conjunto Cfess-Cress na mobilização dos A.S. e na divulgação e implementação dos resultados desse seminário;
- Que o Cfess solicite ao Ministério o número de assistentes sociais inscritos e selecionados no processo seletivo para gerentes executivos em todos os Estados, buscando garantir uma maior inserção dos A.S. nessa função.
- Ampliar a abertura de campos de estágio supervisionado de Serviço Social do INSS.

Brasília, 04 de julho de 2003.

*Assistentes sociais reunidos no
Seminário Nacional de Assistentes
Sociais na Previdência**

**Equipe de redação: Marcia Maria Biondi, Deborah Cristina Amorim,
Verônica Pereira Gomes e Léa Lúcia Cecílio Braga.*

Capítulo IX

MENSAGEM DE ABERTURA E DE ENCERRAMENTO DO XXXII ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS

*Mensagem de abertura por Léa Lúcia Cecílio Braga
e de encerramento por Joaquina Barata Teixeira.
O evento ocorreu em outubro de 2003,
na cidade de Salvador, BA.*

Boa noite a todos e todas.

Em nome da diretoria do Conselho Federal de Serviço Social saudamos:

A representante da ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, Companheira Adriana Oliveira, estudante da PUCSP;

A representante da ABEPPS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a companheira Vera Nogueira;

A representante do Cress 5a Região, presidente Cheila Queiroz, na pessoa de quem cumprimento todos os Conselhos Regionais de Serviço Social e de forma muito particular, no abraço a Cheila, cumprimento e agradeço o Cress 5a Região, nosso Parceiro direto na realização deste CFESS/CRESS, permitindo-nos um evento com muita baianidade, portanto, com muita alegria, festa e muito axé.

Saudamos, também, os assistentes sociais delegados, observadores e convidados e agradecemos as presenças, expressando a grande satisfação de estarmos neste evento, não só para cumprir um dispositivo regimental, mas para exercitarmos e aprimorarmos os nossos conceitos, os nossos instrumentos de trabalho, as nossas

deliberações coletivas, os nossos procedimentos organizativos, ao mesmo tempo em que promovemos o conagraçamento de nossas múltiplas identidades regionais, que fazem de nosso país um grande espaço de belezas, geografias e etnias diversificadas e igualmente importantes.

Reafirmamos a nossa permanente intenção de fortalecer a articulação de nossas entidades da categoria, estreitando os laços que congregam a dimensão do exercício com a formação profissional.

O Conjunto CFESS/CRESS tem a compreensão da absoluta necessidade da articulação do debate e das ações que envolvem a formação profissional, com as questões que os assistentes sociais enfrentam no seu cotidiano da intervenção profissional.

E, com a certeza das possibilidades de uma parceria madura e responsável com a ABEPPS e a ENESSO, nossa concreta tradução do compromisso com o fortalecimento do Serviço Social brasileiro cada vez mais queremos estreitar o trabalho entre as nossas Entidades Nacionais.

Pois bem, estamos iniciando o Encontro Nacional CFESS/CRESS na sua trigéssima segunda edição, a segunda, das gestões do triênio 2002/2005.

Estamos perto de completar dezesseis meses de gestão, quase cinquenta por cento do tempo das nossas gestões a frente dos CRESS e do CFESS, o que já nos permite um primeiro balanço das nossas ações.

Investimos na adoção de um processo de atualização do debate sobre as questões que envolvem o Serviço Social, implementando uma agenda de capacitação, realizando:

Dois Seminários Nacionais de Capacitação das COFI's, o primeiro realizado em novembro /2002 e o segundo concluído ontem.

Um seminário de gestão fiscal realizado em junho 2002, buscando dotar as gestões de conhecimentos para gerenciar, monitorar e aperfeiçoar o controle democrático da gestão fiscal do Conjunto.

Realizamos uma edição do curso Ética em Movimento com o segundo curso já programado para novembro/2003.

Ocupamos espaços importantes, dando visibilidade e divulgando nossas ações como a participação no Fórum Social Mundial, a articulação com o Comitê Mercosul e a nossa decisiva integração no

Comitê Executivo da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais, espraçando o nosso acúmulo conceitual, técnico e político, organizativo e do Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro. Estamos nos espaços de representação em defesa das políticas públicas, conselhos e fóruns da: Assistência social, Saúde, Criança e adolescente, Idosos, Direitos Humanos, do Orçamento; Reforma Urbana, defendendo nossos princípios e uma seguridade social pública e universal.

Muito realizamos e contabilizamos avanços

Dentre outros, não podemos deixar de citar o retorno do Serviço Social à estrutura do INSS, nossa luta incansável nos últimos anos.

Nestes próximos dias, vamos dialogar, avaliar e propor sempre na perspectiva de avançar e obter resultados.

Este Encontro Nacional CFESS/CRESS é o nosso primeiro fórum no governo Lula, o que nos exigirá muita atenção, leitura da realidade e atitudes efetivas.

Há um ano atrás, em Brasília, no Encontro Nacional CFESS/CRESS, além da motivação do nosso primeiro encontro das gestões eleitas em maio/2002, as eleições presidenciais e com a possibilidade de eleger Lula presidente do país nos animava, mas, também, já discutíamos os desafios postos ao nosso projeto ético-político e profissional. E como bem falou a Ivanete Boschetti, naquele encontro, parafraseando Drumond, o presente é tão grande, não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Outubro chegou, e com ele a confirmação nas urnas da vitória eleitoral da COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, derrotando eleitoralmente o projeto neoliberal que comandava o país desde o final dos anos 80.

Vitória eleitoral, repito, que derrotou um projeto que aprisionou por anos o social ao econômico, privatizou as políticas sociais, fragilizou os trabalhadores, precarizou o trabalho, enfim, priorizou o mercado em detrimento da vida humana, do trabalho, dos direitos humanos.

Embora conscientes de que a vitória era eleitoral, porque não era vitória de um projeto societário, isso não nos impediu de viver

uma esperança brasileira. Movidos, por essa esperança, muitos de nós, também militantes no campo democrático popular, participamos felizes, em Brasília, das comemorações de posse, na verdade uma vitória de cada um, construída ao longo de vários anos de lutas e militância.

Certamente, não foram poucos os brasileiros que se emocionaram ao ouvir o discurso de posse do presidente Lula, sobretudo quando afirmava o seu compromisso com um país para todos, sem discriminação, sem injustiças sociais.

Acompanhamos, atentamente, a construção do governo, o significado e a materialização do amplo leque de alianças de centro-esquerda.

Em oito meses de governo, embora muitos dizem que é cedo para avaliar, nós assistentes sociais estamos atentos e preocupados.

Marilda Iamamoto em debate conosco, em novembro de 2002, ao analisar o novo momento do Brasil, afirmava, que nós assistentes sociais já estávamos preparados, porque nos antecipamos enquanto categoria profissional, construindo uma direção social e acumulamos uma história importante para a categoria e para a sociedade.

No entanto, hoje a esperança está ameaçada pela apreensão. E os motivos pelos quais estamos apreensivos:

Os sinais dados na área social promovem grandes inquietações, porque não apontam uma ruptura com os pressupostos dos governos anteriores. Nesse cenário, mais do que nunca os assistentes sociais têm que estar articulados em torno do projeto profissional, defendendo a publicização das políticas sociais e a universalização do acesso aos direitos sociais e dos princípios da justiça social, liberdade e a centralidade na democracia enquanto socialização da riqueza socialmente produzida.

O governo Lula não concretizou a sua intenção de ruptura com o paradigma neoliberal. O direcionamento da política econômica em curso, até agora, não foi rompido. Até aqui, o governo Lula manteve as linhas gerais da última década no Brasil, as taxas dos juros, o superávit primário, o quadro recessivo e o aumento do desemprego.

Na área social, estamos vivendo constrangimentos

Se os argumentos governamentais responsabilizaram a herança orçamentária, o PPA apresentado pelo governo Lula não traz avanços. Na sua versão, ainda, apresenta elementos de focalização, restrição orçamentária e de metas, de sobreposição de ações e não articulação entre as políticas públicas, embora seja importante ressaltar o caráter democrático, que orientou a construção do PPA e este diálogo com a sociedade.

Na implementação das políticas sociais assistimos a fragmentação, com a velha prática de criação de programas e não a construção de um modelo de proteção social para o enfrentamento das desigualdades, a manutenção de práticas privatistas e focalistas e o reforço do voluntariado, através do apelo à solidariedade da sociedade civil.

Nessa direção, a reforma proposta para a previdência não pode ter o nosso apoio, pois não contém nenhum elemento de justiça social e, pelo contrário, representa uma ameaça aos trabalhadores brasileiros.

A sua lógica mercantil financista está pautada pelo “produto” e não pelos serviços; repudiamos sua referência no “cliente consumidor” e não no usuário – cidadão de direitos; rechaçamos sua concepção de “seguro privado” e não de Seguridade Social Pública; negamos a satanização do servidor e do serviço público, considerados os grandes “vilões” da crise fiscal.

Este quadro preocupante, repito, exige-nos, portanto, muito mais do que fizemos até agora. Falo da brava e competente capacidade de resistir e contrapor.

Se for verdade que a alma do governo Lula está em disputa, conforme afirmou José Paulo Netto, o nosso desafio é construir propostas para ver vitoriosa a alma mundancista que queremos vitoriosa no país. Então, este momento exige mais do que nunca a nossa intervenção, nossa capacidade de mobilização.

Precisamos disputar o governo Lula, por dentro do governo e nas ruas. Disputar para não ver consolidar a alma conservadora que está em boa parte da base de sustentação do governo.

A tarefa do Conjunto CFESS/CRESS é convergir esforços, no mínimo, em duas frentes: uma responsável análise crítica da realidade e uma conseqüente ação política.

E, conclamo a todos para aprofundar este debate, buscar respostas e forma de ver o nosso sonho teimoso um dia se realizar.

O nosso Projeto Ético-Político Profissional passou pela ditadura, pelo período de redemocratização do país, enfrentou a onda neoliberal e não vamos agora sucumbir no Governo Lula.

Que nesta terra de muita energia, palco de eventos importantes como: a assinatura do nosso Código de Ética, em vigor, que, neste ano, comemoramos 10 anos; a realização de um importante Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, com quatro mil e quinhentos assistentes sociais, que reafirmou compromissos com defesa da democracia e das Políticas Públicas inspire-nos para mais essa etapa.

Com a confiança neste coletivo e com a dimensão da nossa exata responsabilidade e capacidade de fazer, despeço-me desejando a todos nós sucesso neste evento.

Está instalado o 32º Encontro Nacional CFESS/CRESS. Muito obrigada. Boa noite.

Léa Lúcia Cecílio Braga
Presidente do CFESS

Encerramento

Este é o momento em que concluímos mais uma tarefa de nosso Conjunto CFESS/CRESS, em que alçamos mais um degrau, avançamos mais um passo, no aperfeiçoamento de nosso processo organizativo e na construção das bases que nos permitam trilhar no rumo de horizontes mais largos de perspectivas ético-políticas.

Este evento nacional sempre se revela como um espaço de reencontros. Encontros e reencontros que nos enternecem, que nos revitalizam, que nos atualizam e nos fazem crescer, aperfeiçoar e aprofundar nossos instrumentos conceituais, tático-operativos e nossas estratégias de luta, identificando os elementos dos cenários que se avizinham, repondo os combustíveis dos faróis que iluminam nossa estrada e nossos caminhos nessa luta incessante e incansável em defesa dos direitos sociais, da democracia, da liberdade, enfim, na busca da emancipação humana, que não se concretizará se nos imobilizarmos no passivismo.

O nosso tema central: "A Dimensão Política da Intervenção das (os) Assistentes Sociais nas Políticas Públicas" foi mais que um tema. Foi um lema, que nos mobiliza e nos enseja fortalecermos os nossos laços, valorizando as nossas diferenças, mas combatendo as nossas contradições inter-regionais, que já não se põem como no passado, mas que persistem em seu conteúdo essencial, na medida em que temos hoje, ilhas de prosperidade e vales explosivos de miséria, indigência em todas as regiões brasileiras, o que nos impõe a necessidade de uma articulação política centrada na luta contra a desigualdade social e não só contra a desigualdade regional.

E o Conjunto CFESS/CRESS é o lócus da construção dessa unidade, que pode ser robustecida e consolidada, conjugando nossas diversidades de dialetos, de cultura, de etnia, de cor, produzindo assim uma relação de forças para o enfrentamento dos desafios que rebatem no exercício e na formação profissional, aqui amplamente identificados, sedimentando os nossos compromissos ético-políticos.

Estamos orgulhosos do trabalho de todos, da riqueza de nossas propostas, do amadurecimento e refinamento de nosso processo de discussão, da ampliação de nossas perspectivas, inclusive para o

âmbito da América Latina via Comitê Mercosul e para o âmbito global via FITS. Esses elementos reforçam nossas convicções de que é no trabalho coletivo que podemos potencializar os nossos avanços e o nosso protagonismo. De mãos dadas, como recomenda Drummond em algumas palavras que se adequam a esta conjuntura:

*"Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade (o peso da realidade).
O presente é tão grande (exige tanto de nós), não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de MÃOS DADAS. "*

E vamos de mãos dadas coletivamente, sim. Porque, ainda lembrando o poeta, se "aceitas (...) a guerra, o desemprego e a injusta distribuição (da renda, da riqueza e da propriedade) é "porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan".

Sejam felizes em seus espaços regionais de militância e trabalho. Sejam felizes em seus retornos. Nós sempre dizemos que cada encerramento inaugura um novo começo. Por isso, começemos de novo, abrindo novas trilhas e novos veredas, sempre fundamentadas na teoria e na poesia, projetando a arquitetura do presente e do futuro.

*Joaquina Barata Teixeira
Vice-presidente do CFESS*

Capítulo X

CARTA ABERTA CONTRA A PROPOSTA DE REDUÇÃO DA IDADE PENAL

Publicada em repúdio às propostas de redução da idade penal, assunto em pauta nos meios de comunicação de massa no final de 2003.

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, vem a público manifestar seu posicionamento contrário à proposta de redução da idade penal, pelos motivos a seguir:

A idéia de segregar e punir jovens infratores vem ganhando força de forma assustadora na opinião pública. De forma equivocada, há uma crença que a questão precisa ser tratada na esfera policial e não no âmbito da garantia de direitos. Acreditar que essa saída pode diminuir a escalada da violência é uma atitude simplista. Ao defender a redução da idade penal, uma parte importante da sociedade opta por substituir a humanização pela criminalização das relações sociais.

Punir e segregar jovens não impedirá que a violência avance e se reproduza. Nessa matemática inconseqüente, a subtração só faz crescer a conta final da violência. Estudos indicam que o desenvolvimento psicológico, cultural e mental acontece até os 18 anos. Ao prender e punir adolescentes estamos apenas comprometendo seu desenvolvimento e contribuindo para acirrar a sua exclusão social, sem impedir o avanço da violência, que não tem ocorrido apenas entre jovens, mas em toda a sociedade.

A verdade é que a violência está diretamente ligada à desigualdade e exclusão social. Não resta dúvidas que a solução para o

problema está na melhoria do sistema de proteção social, no fortalecimento das políticas sociais, no respeito aos jovens como cidadãos portadores de direitos. Esse caminho pode ser mais complexo e menos imediatista, porque vai até às raízes no combate à violência. No entanto, representa a possibilidade de efetivarmos o compromisso com um outro mundo, que, além de absolutamente necessário, é humanamente possível, já que cabe a nós construirmos a sociedade que desejamos.

Essa defesa não significa que não somos favoráveis à responsabilização do adolescente autor de ato infracional. Ao contrário, entendemos que a responsabilização deve ser efetivada dentro dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente na aplicação das medidas sócio-educativas. Ou seja, serão responsabilizados, mas tendo direito a ampla defesa e, em sendo considerados culpados, deverão cumprir as medidas estabelecidas pelo juiz em entidade que respeite sua condição de cidadão em desenvolvimento, que precisa ser respeitado, acolhido, valorizado.

Nosso temor é que a aprovação da redução da idade penal promova problemas que demandarão anos para serem completamente revertidos. É preciso não perder de vista que os países que apresentam soluções radicais para a punição de crianças e adolescentes, bem como a pena de morte, não conseguiram reduzir e conter seus índices de violência. Entendemos que a melhor maneira de reduzir a violência é garantir direitos. Por isso os assistentes sociais brasileiros se colocam contrários à redução da idade penal, acreditando que violência gera violência. Nossa compreensão é a de que violência se combate com direitos.

*Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país
Gestão 2002 - 2005*

Capítulo XI

V CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

*Editorial publicado pelo CFESS durante
o evento que ocorreu de 1 a 5 de dezembro de 2003.*

DESIGUALDADE SE COMBATE COM DIREITOS

Durante a primeira quinzena de dezembro acontecem em Brasília três grandes Conferências nacionais que discutirão temas importantes para o país, como as políticas da saúde e da assistência social e as diversas ações setoriais que dizem respeito à garantia dos direitos da criança e do adolescente. As Conferências se revestem de um significado estratégico porque se consolidam como espaço de participação popular e de debate das ações sob controle social. Ao mesmo tempo, formulam e deliberam sobre a gestão dos serviços sociais destinados à população.

Confere também grau de relevância o fato de que essas Conferências acontecem no primeiro ano do novo governo. Essa oportunidade permite que os atores dessas políticas possam intervir de maneira propositiva, apontando os melhores rumos para o país.

Nos últimos onze meses, percebemos a disposição do atual governo em mudar o desenho fragmentado e desarticulado dos programas. No entanto, os sinais de construção de um modelo de proteção social para o combate às desigualdades ainda são tímidos, o que demanda vigilância e atenção de nossa parte. Estamos preocupados porque o governo Lula ainda não rompeu com o modelo anterior que aprisionou o

social ao econômico, privatizou as políticas sociais, precarizou o trabalho e mantém em vigor uma política econômica com a lógica do ajuste fiscal, dos juros altos provocando a recessão e desemprego.

Embora atentos e preocupados, afirmamos que o tempo ainda é de esperança. Temos grandes expectativas de vencer esses desafios e essas Conferências são decisivas para avançar na gestão, no financiamento e no controle social das políticas públicas. O nosso desafio é contribuir para a elaboração de propostas capazes de renovar o país, como historicamente a categoria dos assistentes sociais tem feito. Temos um projeto ético-político que direciona a intervenção dos assistentes sociais e das entidades da categoria, sobretudo o Conjunto CFESS/CRESS. Comparecemos a estas conferências acreditando que desigualdade se combate com direitos e reafirmando nossa luta:

Por um Sistema Único de Assistência Social.

Em defesa do Sistema Único de Saúde.

Por um Pacto pela Paz: uma construção possível.

Na Assistência Social, após 10 anos de implementação da LOAS, precisamos avançar na direção de consolidá-la enquanto política pública garantidora de direitos. Devemos trazer ao debate público a avaliação de como esta política vem sendo organizada no sistema descentralizado e participativo e garantir seu objetivo maior: a inclusão social.

Nesta perspectiva, defendemos a criação do Sistema Único de Assistência Social, uma nova proposta de organização de ações traduzindo um modelo de gestão específico para essa política que defina de forma clara os serviços que devem ser prestados, o padrão de qualidade dos serviços, co-financiamento de recursos e a definição de uma política nacional de recursos humanos.

Na saúde, é preciso avaliar o atual modelo para aprimorá-lo em favor dos usuários e nos posicionarmos em defesa do Sistema Único de Saúde. É necessário discutir de maneira mais aprofundada temas como o controle social, gestão participativa, financiamento e qualificação dos recursos humanos.

Em relação ao segmento criança e adolescente, é urgente o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, com uma rede formada pelas instâncias legais de exigibilidade dos direitos da criança e

do adolescente como conselhos e fóruns, promotorias da infância e juventude, rede de entidades de defesa da criança e adolescente.

Estamos presentes nesta Conferência com enorme disposição de trabalhar por um país mais igualitário e justo.

A LUTA PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE É DE TODOS

Muitos dos integrantes do governo federal participaram da luta em defesa dos direitos sociais, o que gerou uma grande expectativa de que o Brasil alcançaria patamares de justiça social com o enfrentamento das desigualdades sociais. Contraditoriamente, o governo tem tomado decisões que não romperam com a lógica do mercado e da acumulação do capital, premiando o mercado em detrimento das ações que elevam o nível de vida das pessoas. Essa postura contribui com a barbarização das relações sociais e com um ciclo difícil de ser revertido: o da exclusão social. Tudo isso afeta diretamente a situação das crianças e dos adolescentes.

A mudança do quadro social e a consolidação dos direitos da criança e do adolescente só serão garantidos com a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas públicas, fundamentais para assegurar a proteção integral à população infanto-juvenil.

O ECA prevê um Sistema de Garantia de Direitos, constituído por uma rede formada pelas instâncias legais de exigibilidade dos direitos da criança e do adolescente como os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Varas da Infância e da Juventude, Promotorias da Infância e Juventude, Defensorias Públicas e a rede de entidades de defesa da Criança e do Adolescente. Esse sistema tem a função de assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e para garantir sua efetivação é preciso:

- Criação e funcionamento adequado dos órgãos que o compõem;
- Implantação das Varas Especializadas da Infância e da Juventude, das Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente e de Defensorias Públicas;
- Implementação do Sistema Integrado de Informações sobre a Criança e o Adolescente;

- Capacitação continuada dos conselheiros tutelares e de direitos e dos demais atores que operam no Sistema de Garantia de Direitos;
- Conscientização da sociedade sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Fortalecimento da sociedade civil para o exercício qualificado do controle social.

O desafio da efetivação do Sistema de Garantia de Direitos é de todos. A sociedade civil precisa exigir dos governos a implantação de todos os mecanismos necessários à implementação desse sistema, base da garantia dos direitos da criança e do adolescente e de suas famílias.

Com essa compreensão, os assistentes sociais reafirmam que garantir direitos é a melhor forma de enfrentar as manifestações da questão social.

A IMPORTÂNCIA DO FÓRUM DCA NO CONTROLE SOCIAL

Os Conselhos e Fóruns são instâncias importantes de controle das ações do Estado pela sociedade. Eles podem interferir na gestão das políticas públicas para assegurar o acesso a benefícios e serviços às pessoas em situação de exclusão e vulnerabilidade social.

Os Conselhos são formados por representantes da sociedade civil e governos e tem a função de deliberar, fiscalizar e pactuar políticas públicas. Os Fóruns são os espaços em que a sociedade tem a oportunidade de discutir e propor soluções. Como não estão vinculados aos órgãos públicos, têm autonomia para empreender lutas. São capazes de impedir que barganhas políticas prevaleçam sobre a defesa real dos direitos.

O Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) nasceu em 1995 para coordenar as lutas da sociedade civil e contribuiu na elaboração e na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. No momento da criação do Fórum DCA, surgiram os Fóruns Estaduais. As estratégias políticas e operacionais tiveram como referências eixos comuns de trabalho definidos como:

monitoramento das políticas públicas, fortalecimento dos Conselhos e garantia das conquistas do ECA e da Constituição Federal.

Os Fóruns Estaduais passaram a incorporar a estrutura do Fórum Nacional a partir de 1995, o que levou à reformulação do Estatuto e a elaboração da Carta de Princípios do FDCA. O resultado foi o fortalecimento do projeto político comum que tem como perspectiva a articulação no controle e fiscalização das políticas públicas a partir de especificidades locais.

Nos 13 últimos anos, destacam-se entre as ações do Fórum:

- A atuação política para a criação e implantação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em âmbito nacional, estadual e municipal;
- A articulação e mobilização para a realização das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Monitoramento, junto ao Congresso Nacional, para garantir coerência entre projetos relativos à criança e ao adolescente com diretrizes estabelecidas pelo ECA;
- Acompanhamento e monitoramento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Entre seus desafios, o Fórum Nacional DCA precisa estar articulado aos demais movimentos sociais para interferir e contribuir de fato na atual conjuntura política.

EXPLORAÇÃO SEXUAL: É HORA DE ENFRENTAR O PROBLEMA

Ao longo da década de 90, a exploração e a violência sexual contra a criança e o adolescente passaram a fazer parte de um debate nacional. A omissão deu lugar à mobilização cada vez mais intensa do governo e da sociedade civil. Ambos assumiram a responsabilidade de combater o problema.

Foi uma luta intensa. A questão da violência sexual ganhou mais visibilidade em 1993, com a instalação da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da exploração sexual infantil. Esse foi o primeiro grande sinal de que a sociedade começava a assumir a responsabilidade de solução de um problema que, até então, era tratado

como uma questão da esfera interpessoal. O assunto se transforma em tema nacional em 1995 com o primeiro Seminário Nacional sobre Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente.

Em 1996, o Brasil contribuiu para o primeiro Encontro das Américas pelo Fim da Exploração Sexual, que preparou as bases para o primeiro congresso mundial sobre o assunto. Em 2000, um fórum formado por diversas organizações elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. Em julho daquele ano, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente (Conanda) aprovou a diretriz nacional de combate ao problema. Outro passo importante foi a inclusão desse desafio entre os 10 tópicos que constituem o Pacto pela Paz, diretrizes políticas aprovadas pelo movimento da criança e do adolescente.

A nova conjuntura política no Brasil mostra que o caminho está aberto a soluções. Em sua primeira reunião ministerial, o presidente Lula assumiu que o problema da violência sexual da criança e do adolescente é um problema da Nação. Uma comissão interministerial, ligada ao Ministério da Justiça, foi criada para dar soluções de forma inter-setorial, adotando ao mesmo tempo ações de combate aos criminosos e de estímulo a rede de proteção social. Também neste ano, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito formada por deputados e senadores para investigar o caso em diversos Estados. Para garantir a implementação das políticas e ações nessa área, foi criado o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente, formado por representantes da sociedade civil e do governo.

Essa onda de conscientização está atingindo de forma positiva a sociedade. Com ações sendo divulgadas, a população está mais confiante em relação à resolução do problema. Uma demonstração é o aumento do número de casos relatados ao Disque Denúncia. Em cinco anos, o serviço recebeu 2000 denúncias. Nos últimos seis meses, esse número saltou para 6.500. Está claro que o crescimento das denúncias não aponta necessariamente o aumento da violência. Os dados revelam, na verdade, que as pessoas acreditam que o problema pode ser enfrentado.

Todas essas iniciativas comprovam que o país tem empreendido esforços para enfrentar o tema. A conscientização e mobilização da

sociedade e a vontade política são uma realidade. O desafio agora é transformar desejos em benefícios reais para as crianças e adolescentes. Para que isso seja cumprido, é fundamental a atualização do Código Penal e a construção de uma rede de proteção social para atender as crianças e adolescentes que sofreram violência e exploração sexual.

Capítulo XIII

DE RESPONSABILIDADE NACIONAL

DA RESPONSABILIDADE NACIONAL

Art. 1.º - A responsabilidade nacional é a obrigação de reparar o dano causado pelo Estado em virtude de ato ilícito praticado por seus agentes.

DA RESPONSABILIDADE NACIONAL DO ESTADO EM VIRTUDE DE ATOS ILÍCITOS

Art. 2.º - A responsabilidade nacional do Estado em virtude de atos ilícitos praticados por seus agentes é a obrigação de reparar o dano causado pelo Estado em virtude de ato ilícito praticado por seus agentes.

Art. 3.º - A responsabilidade nacional do Estado em virtude de atos ilícitos praticados por seus agentes é a obrigação de reparar o dano causado pelo Estado em virtude de ato ilícito praticado por seus agentes.

Art. 4.º - A responsabilidade nacional do Estado em virtude de atos ilícitos praticados por seus agentes é a obrigação de reparar o dano causado pelo Estado em virtude de ato ilícito praticado por seus agentes.

Capítulo XII

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Editorial publicado pelo CPSS durante o evento que ocorreu em Brasília, de 7 a 10 de dezembro de 2003.

EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social como política pública visa a efetivação e a defesa dos direitos sociais e sua afirmação como direito legal e não dever moral. Sua grande missão é enfrentar as fragilidades de segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender os direitos de cidadania e de dignidade. Por tudo isso a Assistência Social é, acima de tudo, uma política de equidade e de caráter ético.

O grande ponto de partida foi o ano de 1988. A Constituição Federal promulgada naquele momento reconheceu a Assistência Social como política pública integrante do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Previdência e a Saúde. "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (Artigo 60 da CF/1988). Pela primeira vez um princípio simples cravado na Constituição Federal colocou a Assistência Social no patamar dos direitos sociais.

Um novo e importante passo foi dado em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal. A LOAS permitiu a instituição legal de um desenho político-institucional baseado na gestão

descentralizada e participativa. Os Conselhos de Assistência Social passaram a ser os espaços onde Estado e sociedade civil formulam e tomam decisões sobre essa política. O marco legal e a mobilização da sociedade civil promoveram avanços nos últimos 10 anos, dentre os quais podemos destacar:

- A concepção da política que expressa direitos;
- Instrumentos de gestão e controle definidos em lei e em processo de implementação no país;
- Reordenamento institucional a exemplo da criação do Ministério da Assistência Social;
- Criação e consolidação de instâncias de pactuação a partir da Norma Operacional Básica;
- Realização de Conferências de Assistência Social (de dois em dois anos);
- A implantação do Benefício de Prestação Continuada/BPC como maior programa de transferência de renda do país;
- Surgimento dos Fóruns de Assistência Social;
- Organização dos gestores que criou espaços de discussão das questões de operacionalização.

As conquistas são significativas, mas ainda há muito a ser feito. Precisamos romper com o tradicional modelo de ações organizadas em programas por segmentos e para atendimento às situações circunstanciais ou desvantagens por ciclo de vida. A consolidação da Política de Assistência Social implica na urgente estruturação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) para que as ações sejam organizadas a partir de definições claras de diretrizes e princípios. Entendemos que esse sistema só cumprirá a tarefa urgente de melhorar e ampliar o atendimento das necessidades dos usuários caso siga as seguintes diretrizes:

- Definição da atenção a ser prestada (serviços);
- Definição de prioridades;
- Estabelecimento do padrão de qualidade desses serviços;
- Definição dos critérios de partilha de recursos;
- Concepção de uma política de qualificação de recursos humanos

(concursos públicos, qualificação/requalificação de Recursos humanos);

- Constituição de uma rede pública sócio-assistencial, nas três esferas de governo, na perspectiva da complementaridade de ações entre governo e sociedade, com controle social, voltada à efetivação da política de Assistência Social.
- Reordenamento institucional com convergência de objetivos e resultados.

Acreditamos que o SUAS deve ter por princípios:

- Descentralização política administrativa, com direção única em cada esfera de governo;
- Gestão por participação popular;
- Intersetorialidade;
- Universalidade dos direitos;
- Prestação de serviços com qualidade;
- Divulgação das ações;
- Territorialização das ações;
- Igualdade de atendimento aos usuários.

POR UM MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL FORTALECIDO

A criação do Ministério da Assistência Social deve ser entendida como um grande avanço na luta pelos direitos sociais do segmento mais vulnerável da população brasileira. Essa iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é a conquista de uma histórica reivindicação dos diversos segmentos da sociedade atuantes no campo da Assistência Social. Com esse passo, a Assistência Social obteve o mesmo reconhecimento das demais políticas de Seguridade Social, responsáveis pela garantia do sistema de proteção social brasileiro.

A existência dessa instância de proposição e gestão significa uma postura governamental contrária ao assistencialismo, demarcando a negação da benesse e da troca de favor. Reafirma a primazia do Estado na efetivação dos direitos socialmente conquistados e cria

um campo próprio para essa política. É o reconhecimento político-governamental da importância da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Por tudo isso, precisamos defender de forma intransigente a manutenção e o fortalecimento do Ministério da Assistência Social, como órgão fundamental para consolidar em nosso país a política de Assistência Social como direito social consagrado.

O desafio que se apresenta é o de fazer avançar a estruturação da Política de Assistência Social. Defendemos a construção de um modelo de gestão específico para a Assistência Social, que defina os serviços que devem ser prestados, o padrão de qualidade, critérios de prioridade e de partilha de recursos e a qualificação dos recursos humanos. Nesse sentido, é urgente a estruturação de um Sistema Único de Assistência Social articulado com outras políticas, que tenha como parâmetro o direito social.

POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITOS

O CFESS compreende que a acertada unificação dos diversos programas de transferência de renda do país, instituindo o Programa Bolsa Família, expressa o entendimento de que as políticas sociais de Governo devem ser efetivadas de forma complementar e integrada.

A natureza desse programa o vincula essencialmente à Política de Assistência Social, em especial no que concerne a ação de atenção a família, como pode ser constatado no artigo 2º, parágrafo único da Lei Orgânica da Assistência Social: "Realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais".

Desta forma, defendemos que a gestão do Programa Bolsa Família deve estar sob a coordenação do Ministério da Assistência Social – MAS, identificando-o com as ações da Política de Assistência Social, para que seu caráter de direito e de elevação do patamar de cidadania possa estar assegurado à toda população demandante.

O PAPEL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS 10 ANOS DA LOAS

A LOAS completa 10 anos de existência e, com ela, uma proposta de direitos sociais e um novo papel do Estado brasileiro. Os assistentes sociais têm assumido um papel importante nesta construção. Enquanto profissionais, exercem suas funções junto à gestão da política, no planejamento e na execução dos projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social e nos espaços de controle social. Na condição de conselheiros, consolidam alianças com a sociedade civil e promovem a interlocução com os Poderes Executivo e Legislativo em prol da garantia e universalização dos direitos e da seguridade social universal, pública e gratuita, com o objetivo último de assegurar o acesso dos usuários a serviços de qualidade.

Estivemos presentes nas Conferências de Assistência Social nas três esferas de governo, lutando pela implementação da assistência social como política pública e pela consolidação das conferências como espaços de controle social, com caráter deliberativo e de participação popular.

A primeira Conferência Nacional, em 1995, demarcou a conquista de um sistema de proteção social para os brasileiros. O encontro resgatou a concepção de direito e deu um direcionamento político a partir de um paradigma democrático brasileiro. Estabeleceu-se então um novo pacto das relações sociais com o objetivo de romper com as práticas assistencialistas e tuteladoras.

A segunda Conferência Nacional aconteceu em 1997 numa conjuntura adversa: crises econômico-políticas, aprofundamento da exclusão social, dificuldades no acesso aos serviços, resistência e desconsideração do governo federal com a Política de Assistência Social garantida na CF/88 e na Loas/93.

Defendemos uma lógica a partir da concepção de direito e cidadania pautada na repactuação dos entes federados, assegurando o sistema descentralizado e participativo. Na instância do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica – NOB.

A terceira Conferência Nacional, em 2001, realizou-se também num momento conjuntural bastante adverso. Discutiu-se a questão

do financiamento como uma decisão política e mecanismo que garante um padrão ético de inclusão social, fazendo um balanço dos critérios de partilha a partir dos índices de desenvolvimento humano. No cenário neoliberal, a implantação da política de assistência social sofreu evidentemente sérias conseqüências: a gestão da política centrada na focalização, em contraposição à universalização do acesso a direitos, o apelo à solidariedade da sociedade civil em detrimento da solução das situações, o estímulo às ações em parceria, não na direção da complementaridade das ações, mas sim, da crescente falta de responsabilização do Estado na execução das políticas públicas.

Nesta IV Conferência Nacional "Assistência Social como Política de Inclusão: uma nova agenda para a cidadania -10 anos de LOAS", cientes dos nossos compromissos ético-profissionais, entendemos que precisamos continuar avançando nesta construção.

Acreditando que os desafios a serem enfrentados não são imobilizadores e não nos desanimam, a categoria dos assistentes sociais comparece a esta conferência com a confiança e a certeza de que um outro país é necessário e possível. Confirmamos o nosso compromisso de consolidar a assistência social como dever do Estado brasileiro e política pública de direito do cidadão.

Capítulo XIII

XII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Editorial publicado pelo CFESS durante o evento que ocorreu de 7 a 11 de dezembro de 2003.

A POLÍTICA DE SAÚDE EM UM NOVO CONTEXTO SOCIAL

Três anos depois, acontece mais uma Conferência de Saúde. A 12ª edição da Conferência Nacional de Saúde é a primeira sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Vivemos uma nova conjuntura política e social, que traz novas expectativas e perspectivas aos movimentos e organizações sociais a exemplo das entidades populares e fóruns da sociedade civil organizada.

Há, no entanto, conflitos entre o discurso da justiça social, representado na execução de apenas alguns programas e políticas, e a prática governamental, calcada na continuidade de uma lógica econômica que mantém a exclusão. As políticas públicas, a exemplo da proteção à saúde e outras políticas sociais, acabam ficando em segundo plano, tanto quando se trata de recursos quanto no que se refere ao aprimoramento da gestão e do controle.

Neste contexto, as Conferências de políticas e segmentos adquirem importância essencial. Elas servem como espaços amplos e democráticos da sociedade civil para a discussão e apresentação de propostas para a implementação e fortalecimento das políticas públicas.

A XII Conferência Nacional de Saúde não começou agora. O processo vem se desenvolvendo ao longo de todo o ano, com as edições

municipais ou regionais, seguidas das estaduais. Os 4 mil delegados e delegadas representam a soma das discussões nessas etapas, preparatórias ao que acontece entre estes dias 7 e 11 de dezembro.

O FORTALECIMENTO DO SUS E DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2003, a Conferência Nacional de Saúde adotou 10 eixos temáticos, com ênfase no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O debate de temas como o direito à saúde, seguridade social e saúde, intersetorialidade, trabalho na saúde, informação, entre outros, em que pese ser de extrema importância, acaba diluindo a necessidade de discussão mais aprofundada sobre controle social, gestão participativa e financiamento da saúde.

O fortalecimento do SUS, após 13 anos de sua implantação, surge como o grande eixo de debates, que norteará todo o trabalho nestes cinco dias.

A Conferência Nacional de Saúde representa, desta forma, mais uma alternativa de lutas dentro da Seguridade Social para se avançar na direção de uma sociedade verdadeiramente democrática, com efetiva participação social e voltada para as necessidades da população. É hora de reafirmar princípios e consolidar estratégias de fortalecimento das políticas públicas. Este espaço da saúde confere a legitimidade de avanços que podem ser maiores.

O CONTROLE SOCIAL COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE DEBATES

Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 a sociedade passou a ter condições de influenciar a esfera pública. Os mais de 20 anos de ditadura militar foram marcados pelo caráter autoritário e centralizador na elaboração e execução das políticas públicas. O processo de transformação que está levando à interlocução e negociação entre governo e sociedade, com participação dos trabalhadores da saúde, é lento e construído por avanços e derrotas. Entre os avanços, estão as Conferências e Conselhos de políticas, importantes canais para o exercício da cidadania. É a partir deles que a sociedade tem a oportunidade de firmar pactos e cobrar direitos.

Durante o processo de construção da Conferência, o CFESS deu várias contribuições para a garantia de espaços democráticos de debate. O controle social na saúde passa pela interlocução entre usuários, trabalhadores e gestores. Inclui, ainda, a discussão da saúde dentro do contexto mais amplo da seguridade social e da intersectorialidade das políticas sociais.

Somente a partir de mecanismos efetivos de controle social é que a sociedade pode acompanhar, fiscalizar, propor e avaliar a gestão das políticas sociais. A partir desses instrumentos democráticos de controle social, poderemos avançar na qualidade e universalização dos direitos sociais de saúde.

RECURSOS PARA A EFETIVAÇÃO DO SUS

A efetivação da política de saúde em todo o território nacional requer recursos e responsabilidade política e administrativa das três esferas de governo. Neste sentido o conjunto CFESS/CRESS defende um Sistema efetivo, descentralizado e participativo com controle social e gestão pública.

Entendemos que esta Conferência, assim como as demais, na atual conjuntura, tem o papel fundamental de resgatar, a partir das deliberações da conferência passada, compromissos que fortaleçam o SUS e que pactuem melhores condições para o desenvolvimento da política de saúde. Portanto, cabe a todos nós o desafio de buscar materializar através de propostas consolidadas o SUS que de fato queremos.

A AÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA O FORTALECIMENTO DO SUS

Nos últimos anos, tem-se consolidado o conceito interdisciplinar de saúde. Ou seja, ao mesmo tempo em que profissionais de várias áreas passam a atuar em práticas de transformação da qualidade de vida e saúde da população, está sendo substituída a visão estritamente "médica" da assistência à saúde.

Uma nova gestão na saúde pressupõe a articulação entre as políticas de saúde e as demais políticas públicas, evitando a pulverização

dos recursos. Essa mudança implica na reversão do modelo atual, que privilegia a assistência médico-previdenciária privada em detrimento das ações de saúde pública.

Mais uma vez, o marco da mudança de paradigmas é a Constituição Federal de 1988. É a partir daquele momento que a saúde passou a ser entendida como um processo constituído por várias políticas públicas, econômicas e sociais. Também foi a Constituição que permitiu a implementação do SUS.

Problemas relacionados a questões como o ato médico e o Programa Saúde da Família (PSF) atentam contra a perspectiva de ações preventivas interdisciplinares voltadas para a inclusão social e pelo acesso igualitário aos serviços de proteção e recuperação da saúde. Este trabalho não pertence a apenas uma profissão ou segmento profissional. A saúde no Brasil é um desafio que depende de ações desenvolvidas pelos diferentes profissionais da saúde.

O ASSISTENTE SOCIAL E O PSF

O Ministério da Saúde reconhece a necessidade de participação e envolvimento de todos os profissionais de saúde no Programa Saúde da Família (PSF). Porém, não regulamenta a proposta porque os municípios têm autonomia para montar a equipe profissional conforme seus interesses e necessidades. A maioria das cidades ainda não aderiu a deliberação da última Conferência.

O descumprimento das diretrizes do SUS, inclusive contrariando vários princípios do Sistema Único, prejudica os usuários, que acabam não tendo um atendimento integral e de qualidade.

Ao mesmo tempo, a Interiorização do Trabalho em Saúde, novo projeto do Ministério da Saúde, entende a saúde como privativa de médicos e enfermeiros. O objetivo do programa é incentivar a fixação de profissionais de saúde em municípios carentes de recursos.

No Conselho Nacional de Saúde (CNS), o CFESS alertou que o SUS não se efetiva apenas com parte dos profissionais de saúde. É necessário garantir a integralidade das ações de saúde.

O ATO MÉDICO CONTRA O SUS

O projeto de lei nº 25 de 2002 torna exclusivas ao médico atribuições que, na verdade, dizem respeito a todos os profissionais da saúde, desde que desenvolvidas e executadas a partir de técnicas e métodos específicos de cada profissão. A regulamentação das atribuições médicas deve ser implementada, no entanto, o conjunto CFESS/CRESS posiciona-se contra uma concepção das ações em saúde que tenham como referência o velho modelo.

Para que a saúde seja promovida com qualidade e universalidade é indispensável a atuação conjunta de todos os profissionais da saúde. Juntos, esses profissionais executam suas práticas específicas, de forma articulada.

Organizados de forma cronológica, os textos seleccionados para essa obra expressam o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social face aos diversos momentos da complexa conjuntura por que passa o Brasil.

Mais que uma coletânea de intervenções políticas, **CFESS MANIFESTA - Análises Conjunturais** pretende dar maior visibilidade às posições políticas do **CFESS** ao longo do período demarcado e constituir-se como fonte de consulta aos que buscam estudar a organização política da categoria nas diferentes conjunturas históricas.

CFESS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL